



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Março de 2008.**

**Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL .....	6
<b>Biodiesel</b> .....	6
<b>Produtividade da soja aumenta em MT</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008 .....	6
<b>Petrobras faz desdobramento e cria subsidiária para biocombustíveis</b> - Cláudia Schüffner e Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 04/03/2008 .....	6
<b>Novo braço da Petrobras quer parceiros</b> - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 05/03/2008 .....	7
<b>Vendas antecipadas limitam ganhos com soja no Mato Grosso</b> - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008 .....	7
<b>Etanol</b> .....	9
<b>Falta mão-de-obra nas usinas</b> - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008 .....	9
<b>Empresas também dão seus cursos</b> - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008 .....	11
<b>Cortador tem de se especializar</b> - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008 .....	12
<b>Cresce colheita mecânica da cana</b> - Agnaldo Brito e Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/03/2008 .....	13
<b>Setor ainda importa mão-de-obra</b> - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/03/2008.....	14
<b>Odebrecht leva a Usina Eldorado</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/03/2008 .....	14
<b>Blitz vê falhas em usina de governador de AL</b> – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008 .....	14
<b>Preços do álcool</b> – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 03/03/2008 .....	15
<b>Empresa anuncia criação de subsidiária de biocombustíveis</b> – Folha de São Paulo- Dinheiro – 04/03/2008 .....	15
<b>Petrobras e Mitsui fecham parceira em biocombustível</b> – Pedro soares – folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2008 .....	16
<b>Consumo de álcool vai superar o da gasolina este ano no país, diz Dutra</b> – Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 07/03/2008 .....	16
<b>Cana transgênica</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 05/03/2008.....	17
<b>Área nova para cana em estudo</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008 .....	17
<b>Em ano da soja, cana ganha terreno no MT</b> - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 10/03/2008.....	18
<b>Preços do álcool sobem e devem seguir em alta</b> – Valor Econômico – Agronegócios - 10/03/2008 .....	19
<b>ETH Bioenergia define aportes de US\$ 1 bilhão em três novas usinas</b> - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 12/03/2008 .....	20
<b>Petrobras e Mitsui</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008 .....	21
<b>Cana do Nordeste</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008.....	21
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	21

## Biodiesel

21

- O biodiesel e o desenvolvimento regional** – Karina Kato – Agência Carta Maior – 17/03/2008 ..... 21
- Para garantir mercado, gasolina não tem reajuste** - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/03/2008 ..... 25
- Governo eleva mistura de biodiesel ao diesel comum** – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008 ..... 26
- Terra a estrangeiros terá restrição** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008 ..... 27
- Balanço da Abiove** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 10/03/2008 ..... 28
- Crescimento com igualdade** - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião - 12/03/2008 ..... 28

## Etanol

30

- 'Pesquisa do Brasil ajudará a enfrentar crise do clima'** - Simone Iwasso – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008 ..... 30
- Fiscalização aponta trabalho precário em lavouras de cana** – Juliana Coissi – folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008 ..... 31
- Empresa diz que vai verificar irregularidades** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008 ..... 32
- Mortes por suposto excesso de esforço ampliam blitz** – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – 15/03/2008 ..... 33
- Cana sustentável** – Valor Econômico – Agronegócios – 11/03/2008..... 33

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS ..... 33

### Biodiesel

33

- Recorde da palma** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/03/2008 ..... 33

### Etanol

34

- Petróleo em US\$ 102, e EUA rejeitam nosso etanol** - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008 ..... 34
- Mudanças climáticas e etanol** - Rogerio Studart – Valor Econômico – Opinião – 03/03/2008 ..... 35
- União Européia prepara corte de subsídio rural** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2008 ..... 37
- Reino Unido elimina incentivo a biocombustíveis** – Valor Econômico – Internacional - 13/03/2008 ..... 38
- Biocombustíveis na EU** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008..... 38

## Segunda Quinzena

### AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL ..... 39

#### Biodiesel

39

- Mais biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/03/2008..... 39
- Coamo expande armazenagem de grãos** - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 18/03/2008 ..... 39

**Etanol**

<b>O êxito do carro bicomcombustível</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/03/2008 .....	40
<b>Grupos europeus investem em energias renováveis no Brasil</b> - Andrea Vialli e Marianna Aragão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008.....	41
<b>De multinacionais a fazendeiros, todos querem</b> - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 17/03/2008 .....	42
<b>Nordeste terá o maior parque eólico do País</b> - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008 .....	43
<b>Cana-de-açúcar avança em Mato Grosso</b> - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2008 .....	44
<b>Cooperados alternam soja e cana</b> - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 26/03/2008 .....	45
<b>Polícia usa gás-pimenta contra sem-terra no Rio</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 27/03/2008 .....	45
<b>Consumo de álcool superará o de gasolina até abril, diz ANP</b> – Cirilo Junior – folha de São Paulo – Dinheiro – 19/03/2008 .....	46
<b>Safra de cana deve crescer menos</b> – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008 .....	47
<b>Baixo preço faz "para-queda" deixar o setor</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008 .....	48
<b>Açúcar e exportações puxarão álcool</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008.....	49
<b>Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes</b> – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008.....	49
<b>Baixa do açúcar afeta resultado das usinas</b> – Valor Econômico – Agronegócio - 17/03/2008 .....	50
<b>Álcool sobe</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/03/2008.....	51
<b>Alcodo da Petrobras</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 20/03/2008.....	51

<b>POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL</b> .....	52
---	----

**Biodiesel**

<b>Leilão de biodiesel</b> – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas - 18/03/2008.....	52
---	----

**Etanol**

<b>Etanol de milho pode causar fome mundial, diz Nestlé</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008 .....	52
<b>Etanol deve receber R\$ 9 bilhões</b> - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/03/2008 .....	52
<b>Produtor de álcool quer evitar alta de imposto</b> - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios- 27/03/2008.....	53
<b>País terá centro tecnológico de etanol</b> - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008 .....	54
<b>Uso da celulose triplicaria ganho de energia</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008.....	56
<b>EUA têm mais dinheiro, mas Brasil tem a matéria-prima</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008 .....	56
<b>Pesquisa mira produtividade</b> – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008 .....	57
<b>A corrida do álcool</b> – Folha de São Paulo – Opinião – 24/03/2008.....	58
<b>Uma rotina de violações</b> - Maria Luisa Mendonça E Marluce Melo – O Globo – Opinião – 24/03/2008 .....	59
<b>NEAD e Unesp preparam estudo sobre biocombustíveis</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 28/03/2008 .....	60
<b>Agrocombustível ameaça segurança alimentar</b> – Sítio Eletrônico do MST – 24/03/2008 .....	61

**Usineiros temem MP que muda tributação na área** – Valor Econômico – Agronegócios -  
31/03/2008 ..... 62

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ..... 63

**Etanol** ..... 63

**Avanço da segurança energética** - Thomas Shannon e Daniel Sullivan – Valor Econômico –  
Opinião - 18/03/2008 ..... 63

**Bird exalta eficiência do etanol derivado da cana** - Assis Moreira – Valor Econômico –  
Agronegócios- 18/03/2008..... 64

**País atrai Índia para investir em bioenergia** - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil -  
20/03/2008 ..... 65

### Biodiesel

#### **Produtividade da soja aumenta em MT** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008

Mato Grosso deverá ter a maior produtividade média de soja em dez anos, na avaliação do produtor e agrônomo Naildo da Silva Lopes. O agrônomo observa que a região do Médio Norte responde por algo entre 45% e 50% da produção no Estado. Segundo ele, os níveis de produtividade devem superar as 49 sacas por hectare da safra passada. Para Raphael Gregolin Abe, agrônomo da consultoria Impar, que participa do Rally da Safra, já é possível prever que o Estado terá um dos melhores níveis de produtividade. Os produtores estimam que a produção média da safra precoce de soja deve ser de 60 sacas por hectare.

#### **Petrobras faz desdobramento e cria subsidiária para biocombustíveis** - Cláudia Schüffner e Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 04/03/2008

A Petrobras anunciou ontem a criação de uma subsidiária que será responsável pelos negócios de biocombustíveis e irá absorver as usinas de biodiesel.

A empresa também informou que fará um desdobramento de ações. A medida passa a valer a partir do dia 25 de abril, quando cada ação será dividida em duas, incluindo os recibos de ações (ADR), cuja proporção continuará sendo de um para cada duas ações.

Almir Barbassa, diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, explicou que o objetivo da divisão das ações é trazer maior número de pequenos investidores para a base de acionistas da companhia, já que um lote de ações da companhia vale hoje entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil.

Outro anúncio feito ontem foi a substituição do diretor da área internacional, Nestor Cerveró, por Jorge Luiz Zelada. Cerveró vai ocupar a diretoria financeira da BR Distribuidora, que estava vaga.

A companhia divulgou ontem um lucro de R\$ 21,5 bilhões em 2007, 17% menor que o de 2006. No quarto trimestre, o lucro foi de R\$ 5,053 bilhões, o que representa uma queda de 3% em relação ao mesmo período de 2006, quando o ganho foi de R\$ 5,2 bilhões.

Entre as explicações para o resultado, menor que o esperado pelo mercado, a companhia mencionou perdas de R\$ 3,9 bilhões com a valorização de 17% do real frente ao dólar, despesas de R\$ 1,7 bilhões com a repactuação do Plano Petros, e também prejuízos com operações no setor elétrico no valor de R\$ 449 milhões. Não se trata ainda de um prejuízo consolidado na área de gás e energia, porque o valor se refere a uma provisão de R\$ 85 milhões por descumprimento de um termo de compromisso firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no ano passado, e ainda de encargos de R\$ 309 milhões referentes ao não suprimento de gás natural para usinas termelétricas com contrato de fornecimento.

Apesar do resultado financeiro menor, Barbassa enfatizou que 2007 foi um ano "excepcional". Ele destacou o aumento das reservas da companhia entre os fatos mais importantes, o que permitiu dobrar o valor de mercado de R\$ 230,4 bilhões para R\$ 429,9 bilhões em um ano.

A maior empresa brasileira apurou receita líquida de R\$ 170,578 bilhões em 2007, 8% maior que a do ano anterior. O lucro antes de impostos, juros, amortizações e depreciações, ou seja, o ganho obtido com as atividades da empresa, caiu 1%, para R\$ 50,275 bilhões. No quarto trimestre aumentou 18%, para R\$ 12,031 bilhões.

**Novo braço da Petrobras quer parceiros** - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 05/03/2008

A nova empresa de biocombustíveis da Petrobras será responsável pelas negociações com agricultores, produtores de álcool e de oleaginosas. Foi isso que explicou ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Almir Barbassa. A estratégia de logística também será diferente, destacou o diretor, sem dar detalhes.

"A empresa poderá se associar. Por exemplo, na área de etanol, se viermos a participar de alguma usina, ela será sócia. A sócia da Mitsui será a empresa", explicou Barbassa, referindo-se às usinas que a estatal estuda construir em associação com o grupo japonês.

O diretor explicou que a Petrobras ainda não definiu o nome da subsidiária que será criada para cuidar dos negócios de biocombustíveis e nem quem vai comandar a empresa. A companhia será uma subsidiária integral, sem sócios.

Até agora, o que se sabe é que a estatal vai transferir para essa empresa as usinas de biocombustíveis em Montes Claros (MG), Candeias (BA) e Quixadá (CE). Até o momento, esses ativos estavam abrigados sob a diretoria de abastecimento e refino, comandada por Paulo Roberto Costa.

A subsidiária - apelidada informalmente de Biobrás - não vai receber os ativos de transporte, como o alcoolduto que a Petrobras começou a construir ligando Goiás a São Paulo, em associação com a Mitsui. Segundo Barbassa, os ativos de logística da nova companhia permanecerão sob a diretoria de abastecimento ou na Transpetro, quando forem ativos de transferência de líquidos.

A área de biocombustíveis da Petrobras vai receber investimentos de US\$ 1,5 bilhão no período 2008-2012 e, como ressaltou o diretor financeiro da estatal, Almir Barbassa, o montante equivale a 1% do orçamento total da companhia para o período.

Ao explicar a decisão do conselho de administração, revelada na segunda-feira, de criar uma nova subsidiária - a estatal chegou a avaliar uma nova diretoria para abrigar a área - Barbassa explicou que o objetivo foi evitar que a atividade perca-se dentro da Petrobras.

"É muito melhor localizar a área [de biocombustíveis] em uma empresa que vai ser importante no segmento. Já dentro da Petrobras, [a empresa] perderia um pouco. Também vamos centralizar esforços. É um ambiente bem diferente", ressaltou. **(Colaborou Cláudia Schüffner)**

**Vendas antecipadas limitam ganhos com soja no Mato Grosso** - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008

"É, pois é". Giuseppe Castelli produz soja em Jaciara, no Mato Grosso. A soja das cotações recorde, da demanda mundial ascendente, base da produção brasileira de biodiesel, principal produto das exportações do agronegócio nacional, grão que tem se mantido em alta mesmo em pleno período de colheita. Castelli enche os pulmões, solta o ar, deixa cair os ombros e, com esse gestual, fala por seus 740 hectares e por grande parte de todos os hectares ocupados pela soja no Estado. "É, pois é".

A reação do produtor ilustra um sentimento generalizado no Mato Grosso, maior produtor de soja do país. O cenário de soja com preços em alta, demanda aquecida e oferta apertada seria o pano de fundo ideal para comemorações entusiasmadas. Não para todos. No Mato Grosso, mais da metade da safra foi negociada com preços anteriores aos do aumento vertiginoso das cotações. O movimento refletiu as dificuldades dos agricultores em financiar o plantio da safra 2007/08, em razão do elevado endividamento acumulado nas duas temporadas anteriores. "É, pois é".

Ainda que não tenham perdido dinheiro, produtores que preferiram a venda antecipada mostram um indisfarçável sorriso amarelo de quem poderia estar ganhando muito mais dinheiro do que efetivamente está.



Com um argumento um pouco mais dilatado, um produtor de Dom Aquino, no sul do Estado, faz coro com a resignação lacônica de Castelli. "A safra está boa, muito melhor que a passada". Entre uma declaração e outra, o produtor tira o boné, coça a cabeça e emenda: "o problema é que muita gente travou o preço lá atrás. Tem até quem pense em não entregar soja para tentar vender com preço melhor, mas isso é arriscado porque a gente pode ficar sem crédito para a próxima safra".

Os produtores utilizam o "travamento" de preço para garantir uma margem mínima e também para obter insumos com preços mais em conta. As tradings garantem a entrega de adubos e defensivos sob a promessa de que receberão a soja no preço acertado. Em 2007/08, cerca de 70% da soja foi vendida antecipadamente no Mato Grosso, bem acima dos 50% do ciclo 2006/07. Como comparação, no Paraná, segundo maior produtor, a venda antecipada passou de 40% para 50% de uma safra a outra.

Os preços da soja ultrapassaram os US\$ 23 por saca, mas a maior parte dos travamentos ocorreu com US\$ 12 a US\$ 13 por saca - houve casos de acordos fechados com preços abaixo de US\$ 10. "Os produtores vinham de duas safras problemáticas. Quando a saca bateu em US\$ 10, todo mundo travou o preço", diz André Debastiani, consultor da Agroconsult.

Saliente-se que, a não ser por casos eventuais de prejuízos, pouca gente perdeu dinheiro nesta safra. Dívidas passadas, ainda que não tenham sido sanadas, puderam ser melhor administradas, e as margens dão fôlego para a próxima safra de verão. "Mesmo que não acompanhe, na mesma proporção, o aumento da demanda global, o plantio vai crescer [na próxima safra]", afirma Debastiani.

As ameaças de não entrega não têm se efetivado, de acordo com a Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja). Ainda assim, o risco paira sobre o mercado. As quebras de contrato não deverão ser generalizadas, mas casos pontuais são, sim, esperados, segundo fonte de uma grande esmagadora com operações no Estado.

Há os que preferiram engolir seco e, na figura de linguagem recorrente no campo, honrar o fio do bigode. "Eu produzo desde 1983. A gente cria um nome com o passar dos anos, e é um tiro no pé jogar tudo para o alto depois de tanto tempo. Temos ouvido de produtor que não vai entregar a soja, mas prefiro entregar para não ter problemas no futuro", diz Carlos Henrique Werner, que semeia seus 750 hectares de soja em Poxoréu.

A ferramenta da venda antecipada acabou frustrando muitos produtores, mas não deverá ser abandonada nas próximas colheitas. Estimativa da Agroconsult para a safra 2008/09 aponta 80% de vendas antecipadas. A concretização desses números só deverá ser melhor observada quando começar a colheita da safra americana.

A venda antecipada é particularmente relevante para o Estado, que concentra no complexo soja grande fatia de sua receita. Em janeiro, os embarques de soja em grão cresceram 104,8%, para US\$ 130,6 milhões, e os de óleo subiram mais de 2.000%, para US\$ 31,1 milhões - as exportações



totais do Estado foram de US\$ 439,4 milhões. Os embarques de farelo caíram 25,5%, a US\$ 47,1 milhões.

A Aprosoja já revelou, sem detalhes, que quer buscar uma "alternativa de crédito" com tradings e outros financiadores para evitar a frustração de vender o grão na baixa num momento de cotações recordes, como o da atual safra. O cenário torna-se mais sensível para os produtores do médio norte, que enfrentam restrições ambientais para o aumento do plantio. Nenhuma cidade do sul do Estado, região visitada pelo Valor, está na lista das 36 campeãs de desmatamento elaborada pelo governo.

Em plena temporada de produção recorde e, mesmo assim, preços nas alturas, não dá para dizer que tudo é frustração. As chuvas no fim do ano atrasaram o plantio, mas o clima tem sido descrito pelos produtores como ideal - ainda que as chuvas atrapalhem a colheita em algumas regiões. "Agricultor é mesmo chorão. Sempre vai reclamar de alguma coisa", diz o produtor Carlos Werner, em uma espécie de mea culpa em nome da classe.

Nas visitas às propriedades feitas pelo Rally da Safra, reclamações sobre as desvantajosas vendas antecipadas e a disparada no custo dos fertilizantes eram entremeadas por um incontido orgulho com a lavoura repleta. "Teve talhão em que conseguimos colher até 72 sacas [por hectare]. No ano passado, era área de 60 [sacas por hectare]. E o pessoal da vizinhança está colhendo mais de 60 sacas onde antes não dava 50", diz o gerente da Fazenda Kayabi, em Primavera do Leste, de prenome Ricardo. "Está bem melhor este ano".

As rodas de conversa entre os produtores costumam ter números soltos no diálogo ("é 55", "não é menos de 60") que indicam a produtividade de soja obtida por hectare. Informalmente, e com o cuidado para que os colegas não os ouçam, fazem o alerta para que se faça a distinção entre produtividade e "produtividade", uma corruptela para não fazer má figura diante de produtores com melhor desempenho no campo.

Mesmo que a "produtividade" infle os números, é grande a tendência de que eles superem os da safra passada. A Conab prevê produtividade de 50 sacas por hectare no Mato Grosso, mas a estimativa prévia da Agroconsult é de que o desempenho será superado. A projeção da consultoria com os dados obtidos nas visitas de campo será anunciada na segunda-feira.

Sinais mais aparentes também podem ser usados como termômetro para mensurar a melhora da renda. Em Campo Verde, um produtor dá a dica: "é só ir para a cidade e ver quanta caminhonete sem placa está circulando. É tudo carro novo". É, pois é. **(Colaborou Fernando Lopes, de São Paulo). \*O jornalista viajou a convite do Rally da Safra.**

## **Etanol**

**Falta mão-de-obra nas usinas** - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008

Agroindústria canavieira tem problemas para preencher cargos em todos os níveis. Cursos tentam suprir carência.

Com a grande expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil, a necessidade de mão-de-obra especializada tornou-se um problema. Usinas de todo o País enfrentam dificuldades para encontrar funcionários capacitados. 'É uma carência geral', diz o gerente de Recursos Humanos da Usina Alvorada, em Itumbiara (GO), José Darciso Rui, que também compõe o Grupo de Estudos em Recursos Humanos na Agroindústria (Gerhai). O grupo busca funcionários para atuar na agroindústria nacional.

Segundo Rui, faltam nas usinas caldeireiros, soldadores, operadores de máquinas industriais, de máquinas agrícolas, motoristas e até gerentes.

Conforme o presidente-executivo da União dos Produtores de Bioenergia (Udop), Antonio Cesar Salibe, a carência de mão-de-obra não será resolvida em menos de dez anos. 'O setor pode se estabilizar, mas exigirá cada vez mais mão-de-obra, pelo menos até 2018.' A Udop já capacitou mais de 55 mil pessoas em seus 22 anos de existência e firmou parcerias com o governo estadual e com a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) para a elaboração de cursos técnicos e de pós-graduação voltados para a área sucroalcooleira.

**EXPANSÃO** - 'Já temos cursos em Ribeirão Preto e Araçatuba, e vamos expandi-los para pólos canavieiros de outros Estados', diz a coordenadora de treinamento da Udop, Vanessa Olivieri. A intenção da parceria entre Udop e Faap é inaugurar ainda este ano unidades dos cursos de especialização para Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas e Paraná, que, com São Paulo, produzem 82% da cana do País.

Outra medida adotada por usinas brasileiras tem sido contratar profissionais de outras usinas, oferecendo salários maiores e inflacionando o setor. 'A prática de as usinas 'roubarem' funcionários umas das outras tem de acabar', diz Rui. Para o especialista, a melhor solução é capacitar funcionários da própria empresa. 'Desenvolver o potencial internamente é mais fácil, mais barato e seguro.'

Entre todos os problemas de mão-de-obra que as usinas enfrentam, o mais grave é a falta de pessoas para cargos de liderança, sobretudo na gerência industrial. 'Demorei quatro meses para encontrar um gerente industrial, com salário de R\$ 18 mil', diz Rui. 'São cargos com salários de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil, e não encontramos ninguém.' O perfil do funcionário tão procurado para ocupar a gerência industrial de usinas é ter curso superior, já ter trabalhado ou trabalhar com cana, e ter cursos de capacitação para o comando de usinas.

**MTA** - Na tentativa de solucionar os problemas gerenciais das grandes usinas, o Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroalcooleiro e Energético (Ceise), em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), elaborou um curso de especialização para engenheiros, administradores, tecnólogos e demais profissionais.

O curso funciona como o Master of Business Administration (MBA), especialização comum em negócios nas grandes metrópoles. O curso da UFSCar é o Master of Technology Administration (MTA) em gestão de produção sucroalcooleira, no qual o aluno aprende as tecnologias do setor, tendo aulas como matéria-prima de açúcar e álcool e tecnologia para a produção de açúcar e álcool.

O curso, que já tem turmas em Araras e Catanduva (SP), iniciará nova turma em Sertãozinho, em 15 de março, a cada 15 dias, sempre aos sábados, com duração de 20 meses. Para o professor-doutor Octávio Antônio Valsechi, do Centro de Ciências Agrárias da UFSCar, o curso é o melhor caminho para sanar a carência de profissionais capacitados. 'As aulas abordam tudo o que é preciso para gerir uma usina', diz.

Valsechi explica que qualquer pessoa com curso superior e interesse na área pode se inscrever. Segundo ele, o curso tem um nível de desistência positiva, pois muitos alunos são contratados por empresas de fora do Estado de São Paulo só pelo fato de estar no MTA. 'Eles recebem grandes oportunidades fora de São Paulo, nos agradecem e vão.' Valsechi diz que várias usinas estão inscrevendo seus funcionários. 'Todo mundo quer se especializar.'

**170 mil empregos** - serão gerados na indústria canavieira nos próximos dez anos, período em que o setor deve se manter aquecido

**400 mil empregos** - deverão ser cortados na colheita manual da cana, com o avanço da mecanização das lavouras

**40%** - de dois anos para cá é o que se valorizaram os salários de gerentes nas usinas sucroalcooleiras, por causa da falta de mão-de-obra

**Empresas também dão seus cursos** - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008

Fabricantes de máquinas para cana vinham tendo dificuldades para arranjar quem operasse equipamentos no campo

A necessidade de qualificação no setor canavieiro também fez com que grandes empresas fabricantes de máquinas agrícolas oferecessem cursos para ensinar a operar suas próprias máquinas. A Santal, por exemplo, firmou parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Ribeirão Preto (SP) e formulou um curso. 'Chegamos num ponto no qual as vendas estão boas, mas, quando a máquina chega na lavoura, ninguém sabe operá-la', diz o responsável Pós-Venda, Marco Gobesso.

Os cursos duram entre dois e cinco dias e funcionam assim: os clientes que compram as máquinas mandam seus funcionários para o Senai de Ribeirão. Os alunos, em sua maioria, já trabalham no setor, mas não têm experiência com os novos equipamentos. 'Alguns escolhem os melhores funcionários da colheita manual para se qualificarem', diz Gobesso.

Mário Sérgio Borges é um deles. Ele tem 33 anos, e não pensava que trabalharia no setor canavieiro quando saiu de Tamaraju (BA). Aos 15 anos foi para Nova Olímpia (MT), em busca de emprego. Borges trabalhou como pedreiro antes de ser contratado como auxiliar de mecânico na Usina Itamaraty, em 1991. 'O início foi complicado, não sabíamos nada, as máquinas eram poucas, e as informações sobre elas, nenhuma', conta o trabalhador.

Em 1994, Borges foi promovido a mecânico de máquinas colhedoras e, com o incentivo da usina, começou a estudar. Hoje, Borges é inspetor de mecânica e se formou no curso do Senai/Santal antes de as novas máquinas chegarem à usina. Borges assegura que sua qualidade de vida e remuneração melhoraram muito. E que o setor está aberto a contratações. 'Quem se especializa tem vaga.'

Engenheiro agrônomo, formado em 1967 pela Esalq/USP, Antônio Carlos Girol assumiu a gerência industrial da Usina São Domingos, em Catanduva (SP), logo que se formou, em 1967. 'A usina não tinha computador, nem telefone.' Quando começou, a produção era de 100 mil toneladas de cana. 'Hoje, são 2 milhões.'

Após 40 anos, Girol continua na São Domingos. Agora, com 65 anos, é diretor-industrial e um dos alunos do MTA da UFSCar. Começou o curso em fevereiro de 2007 em Catanduva. 'Girol é nosso maior exemplo. Ele poderia estar acomodado, mas está se aperfeiçoando', diz o professor Valsechi. 'Para mim foi uma volta aos estudos. Aplico o que aprendo todos os dias e ainda conto sobre minha experiência', comenta Girol.

Como diretor-industrial, Girol também fala da dificuldade para encontrar funcionários qualificados. 'O problema é se acomodar. Se eu ficasse no sofá, seria mais difícil entender o crescimento e a mecanização por que passa o setor.' L.G.

**Onde se qualificar:** O Ceise, em parceria com a UFSCar, promove o curso de MTA em Gestão da Produção Sucroalcooleira. As inscrições estão abertas no Ceise, em Sertãozinho (SP), até sexta-feira, dia 7 de março. Site: [www.ceiseciesp.com.br](http://www.ceiseciesp.com.br)

A Udop, em parceria com a Faap, oferece cursos de pós-graduação na área sucroalcooleira nos municípios de Ribeirão Preto e Araçatuba (SP). Site: [www.udop.com](http://www.udop.com)

A Fatec oferece em Araçatuba um curso superior tecnológico de Bioenergia Sucroalcooleira. Site: [www.ceeteps.br](http://www.ceeteps.br)

O Senar oferece cursos de capacitação para trabalhadores do corte de cana: [www.faespsenar.com.br](http://www.faespsenar.com.br)

**Cortador tem de se especializar** - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 05/03/2008

Até o cortador de cana deve aproveitar os espaços que surgem no mercado. É o que pensa o diretor da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesps), Tirso Meirelles. Para investir na capacitação do trabalhador rural, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de São Paulo (Senar-SP) oferece cursos divididos em módulos. 'Temos um curso de 11 módulos, sendo que cada módulo dura um mês e meio, e todos capacitam o profissional para diversas funções no campo', diz.

Os cursos do Senar, em parceria com sindicatos rurais do Estado, visam à capacitação profissional na lavoura, aliando o trabalho no campo com o meio ambiente, o turismo rural e a melhor qualidade de vida. Em 2007, 171 mil trabalhadores fizeram os cursos da instituição, sendo que 41 mil em trabalhos voltados para a cultura canavieira.

**PESQUISA** - A Faesps também faz pesquisas para saber o que pode ocorrer no campo nos próximos dez anos e o que fazer para qualificar o trabalhador. 'Temos que saber como e onde inserir o trabalhador.' Para que as pesquisas tenham melhores resultados, o banco de dados da instituição foi informatizado. Assim, todos os trabalhadores que fizeram algum curso no Estado estão cadastrados.

Quanto aos cortadores de cana, a intenção é direcioná-los para outros setores. 'Nós acompanhamos os trabalhadores, queremos direcioná-los para áreas que proporcionam melhores empregos e expectativas de vida', diz. Conforme Meirelles, muitos poderão ser empregados no turismo rural e como tratoristas ou operadores de máquinas. 'Iremos capacitá-los em nossos cursos gratuitos.'

**Cresce colheita mecânica da cana** - Agnaldo Brito e Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/03/2008

Em São Paulo, área colhida com máquinas foi de 47% em 2007 e deve ser a maior parte na safra 2008/2009

A colheita mecanizada da cana alcançou 47% da área colhida em 2007 em São Paulo e deverá representar a maior parte da produção na safra 2008/2009. Em 2006, era apenas 30%. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentados ontem pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA), indicam que 1,76 milhão de hectares de canaviais (dos 3,79 milhões de hectares colhidos) deixaram de ser queimados para o corte manual.

Mais de 8 mil empregos já foram eliminados, segundo a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). O setor diz que outros 1,5 mil empregos foram criados no corte mecanizado.

O secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Xico Graziano, disse ontem que a eliminação de empregos não atinge os paulistas, mas trabalhadores nordestinos que migram para o Centro-Sul do País. Ele também cobrou do setor a antecipação do fim das queimadas em áreas mecanizáveis já em 2012.

Ontem, no Palácio dos Bandeirantes, o Protocolo Agroambiental recebeu a adesão da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul (Orplana) - associação que representa 13 mil pequenos produtores de cana. Como no caso das usinas, os produtores assumiram o compromisso de zerar até 2014 as queimadas nas áreas mecanizáveis e até 2017 em terrenos acidentados. Pela lei atual, o prazo seria 2021 para áreas mecanizáveis e 2031 para áreas não mecanizáveis. “Vamos tentar cumprir essa meta de zerar as queimadas até 2012 em áreas mecanizáveis”, disse Ismael Perina Júnior, presidente da Orplana. Marcos Jank, presidente da Unica, também disse que as usinas tentarão cumprir a nova meta. Das 170 usinas de São Paulo, 141 assinaram a adesão ao protocolo.

O resultado ambiental do protocolo é positivo. No início de 2007, o setor sucroalcooleiro paulista havia solicitado a queima de 2,82 milhões de hectares, 32,6% mais do que foi queimado em 2006 (2,132 milhões de hectares). O protocolo lançado em junho surtiu efeito. No balanço final das queimadas, divulgado ontem, a queima total foi de 2,023 milhões de hectares, 109 mil hectares menos que no ano anterior, mesmo ante o crescimento de 548 mil hectares da área colhida.

A Unica afirma que o investimento para atingir metade da colheita com máquina consumiu R\$ 2,5 bilhões, suficiente para pôr em operação 1,9 mil colheitadeiras e acessórios, como tratores e caminhões. A previsão da Unica é que o setor invista mais R\$ 3 bilhões para atingir a meta de eliminar a queimada da cana no Estado. “Isso será maior se o setor expandir a área de plantio”, diz Antonio de Pádua Rodrigues, diretor da Unica.

Os 13 mil produtores da Orplana só aceitaram os prazos para fim da queimada por causa de uma cláusula de revisão do acordo prevista para 2010. Os pequenos plantadores não têm tecnologia para a mecanização a custo baixo. Uma colheitadeira custa R\$ 1,3 milhão, valor proibitivo para os pequenos.

A Orplana negocia com fabricantes o desenvolvimento de uma colheitadeira menor, de custo mais acessível. “A meta é desenvolver uma colheitadeira que custe entre R\$ 70 mil e R\$ 100 mil”, diz Perina. Sem um equipamento para esse grupo, o setor acredita que a exigência de queima zero até 2017 signifique na prática a expulsão desses produtores do setor.

**CONSUMO** - O preço médio do álcool combustível subiu pela quarta semana seguida nas usinas paulistas, mas manteve o ritmo de desaceleração nos reajustes. Segundo o levantamento divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq), o litro do hidratado aumentou 0,81% na última semana, ante a anterior, de R\$ 0,74945 para R\$ 0,75552, em média. Já o anidro fechou a semana passada a R\$ 0,83917 o litro, em média, com alta de 0,3% sobre os R\$ 0,83666 da semana anterior.

**Setor ainda importa mão-de-obra** - José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/03/2008

Apesar da crescente mecanização da colheita da cana-de-açúcar, o Estado de São Paulo ainda vai depender da importação de mão-de-obra de outros Estados para a safra deste ano. A Pastoral do Migrante de Guariba e os sindicatos rurais das regiões canavieiras calculam que as usinas trarão 55 mil migrantes do norte de Minas Gerais e dos Estados do Nordeste para a colheita, cujo início, normalmente em maio, será antecipado para 1º de abril.

A chegada dos ônibus com os cortadores já mudou a rotina de cidades das regiões canavieiras de Piracicaba, Ribeirão Preto e Avaré. De acordo com Eduardo Porfírio, do Sindicato dos Empregados Rurais de Mineiros do Tietê, na região central do Estado, os migrantes chegam com a carteira de trabalho assinada e vão direto para as usinas. “Muitas estão com o plantio atrasado por causa das chuvas”. O sindicalista acredita que, apesar da adesão das usinas ao corte sem queima, a utilização de mão-de-obra não sofrerá redução.

**Odebrecht leva a Usina Eldorado** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/03/2008

A ETH Bioenergia, empresa da Odebrecht que atua na produção de açúcar, etanol e energia elétrica, adquiriu a Usina Eldorado, localizada no município de Rio Brillante (MS). De acordo com Eduardo Pereira de Carvalho, diretor estratégico da ETH, a usina já irá processar 2,2 milhões de toneladas de cana nesta safra, número que deve aumentar para 5 milhões até a safra de 2012. O investimento total, incluindo a ampliação da capacidade de moagem para 5 milhões de toneladas, está estimado em US\$ 350 milhões.

**Blitz vê falhas em usina de governador de AL** – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2008

O usineiro e governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho (PSDB), também foi alvo da megablitz realizada pela força-tarefa montada pelo Ministério Público do Trabalho em usinas de cana-de-açúcar do Estado. Na usina Seresta, da qual ele é sócio, na cidade de Teotônio Vilela (88 km de Maceió), procuradores do Trabalho dizem ter encontrado irregularidades como falta de equipamentos e de banheiros no campo.

Não houve libertação de trabalhadores, a exemplo do ocorrido na usina Laginha, do adversário político João Lyra (PTB). Mas a inspeção na usina não contou com o grupo móvel do Ministério do Trabalho, em razão das blitzes em outras usinas acontecendo concomitantemente.

Na Seresta, segundo o procurador Rodrigo Alencar, faltam equipamentos de proteção individual. "Cada trabalhador recebe uma luva apenas, nem o par é dado." Além disso, diz ele, foi constatada a inexistência de barracas sanitárias em uma das frentes de trabalho. "Eles até vão dizer que têm, porque montam barraquinhas e chamam aquilo de banheiro, mas ninguém usa", diz Ronaldo Lira, também procurador. O não-pagamento das horas de percurso (ida para o trabalho e volta para casa) também é visto como problema. Alencar diz que a pesagem da cana não era feita na presença dos trabalhadores e até as 9h, o que fere a convenção da categoria. Segundo ele, será ajuizada ação civil pública pedindo que as irregularidades na usina sejam sanadas e que seja dada indenização aos trabalhadores.

De acordo com ele, a Seresta descumpriu um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e deve ser multada. Até agora, foram inspecionadas pela força-tarefa oito usinas em Alagoas. O consultor da Seresta, Cariolando Guimarães, classifica de "absurdas" as supostas irregularidades. Sobre as luvas, diz que o Nordeste "é muito quente". "O homem não usa a luva na mão do facão. Não adianta dar que ele não vai usar."

Diz que há banheiros, chamados de "pipi móveis". "Só um que não tinha um buraco, porque o responsável ficou com preguiça e não fez o furo. Mas estava com papel higiênico, tudo certinho." Segundo ele, nunca houve problemas com a pesagem da cana. Guimarães diz ainda que "nenhuma usina em Alagoas" paga o deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa. "A Seresta já dá ônibus, faz o transporte dele." A assessoria de Teotonio Vilela Filho diz que ele se afastou da administração da usina desde o primeiro mandato como senador, conquistado em 1986, e, por isso, não se manifestaria.

#### **Preços do álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 03/03/2008**

O álcool anidro registrou alta de 1,8% na semana de 25 a 29 de fevereiro, encerrando a R\$ 0,83666 por litro. Já o hidratado ficou em R\$ 0,74945 por litro, alta de 2,12%. As informações são do indicador Cepea/Esalq.

#### **Empresa anuncia criação de subsidiária de biocombustíveis – Folha de São Paulo- Dinheiro – 04/03/2008**

A Petrobras anunciou ontem a criação de uma subsidiária para biocombustíveis. A decisão surpreendeu. A empresa havia divulgado a intenção de criar uma diretoria nessa área.

O diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa, disse que ainda não foi definido quem comandará a empresa. O mercado esperava o nome de Allan Kardec, que atua como assessor da presidência, para a nova diretoria. Outra alternativa era a indicação do ex-diretor da área Internacional Nestor Cerveró. Ele foi para a diretoria financeira da BR Distribuidora. A disputa por uma diretoria levou o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa, a exigir a saída de Kardec da gerência do Abastecimento. Kardec, então, foi deslocado para um cargo ligado à presidência.

Serão alocadas sob essa empresa as duas usinas experimentais de biodiesel no Rio Grande do Norte, além das três industriais em construção em Minas Gerais, Bahia e Ceará. A nova subsidiária deverá dispor dos projetos de álcool. A Petrobras planeja ampliar a exportação do produto e participar de forma minoritária de usinas voltadas ao embarque do combustível. A criação da empresa deve levar três meses.

**Petrobras e Mitsui fecham parceira em biocombustível** – Pedro soares – folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2008

**Trading japonesa terá 50% em nova empresa** - A Petrobras deu ontem o primeiro passo para criação de sua subsidiária na área de biocombustíveis: assinou com a sua sócia, a trading japonesa Mitsui, a documentação necessária para a constituição da empresa.

Cada empresa terá uma participação de 50% na nova companhia. A subsidiária será focada em novos projetos de bioenergia, especialmente nos de álcool destinados ao abastecimento do mercado japonês.

Outro foco da empresa será a geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar, segundo a Petrobras. "Os novos projetos terão como foco o atendimento à futura demanda japonesa de etanol. Serão implantados tendo como princípio atender às exigências socioambientais e de eficiência energética relacionadas à produção de biocombustíveis em unidades denominadas complexos bioenergéticos", informa a Petrobras em nota.

Batizada de Participações Nippo Brasileira em Complexos Bioenergéticos, a empresa já nasce com um portfólio de projetos analisados, a maior parte de investidores brasileiros do setor sucroalcooleiro.

A Petrobras disse anteriormente que já havia selecionado cinco projetos de usinas, mas não fechou os contratos porque faltava a garantia da venda do álcool ao Japão -que ainda não regulamentou a mistura do biocombustível à gasolina. Antes da criação da empresa, a estatal afirmava que teria, junto com a Mitsui, uma participação de até 20% nos complexos de bioenergia.

Para Adriano Pires, especialista do CBIE (Centro Brasileiro de Infra-Estrutura), não havia necessidade de criação de uma nova empresa, que acarreta em custos e uma maior estrutura gerencial. Bastava uma nova diretoria para a área de biocombustíveis, diz. "A impressão é que a empresa foi criada para acomodar indicações políticas." **(PEDRO SOARES)**

**Consumo de álcool vai superar o da gasolina este ano no país, diz Dutra** – Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 07/03/2008

RIO e LONDRES. O consumo de álcool combustível (o álcool anidro adicionado à gasolina e o hidratado) vai superar o da gasolina em 2008, pela primeira vez em 13 anos. Essa é a expectativa do presidente da Petrobras Distribuidora (BR), José Eduardo Dutra, após o forte aumento no consumo de combustíveis no país desde o ano passado.

Foram 8,2% em 2007, contra 2,4% em 2006. As vendas da BR cresceram 14,9%. Só no mês de janeiro, a demanda total de combustíveis cresceu 10,7%, enquanto as vendas da BR cresceram 32,7%. Em fevereiro, foram outros 21,9%.

No auge do Proálcool, o consumo do combustível derivado da cana-de-açúcar chegou a superar o da gasolina durante dez anos, entre 1985 a 1995.

No ano passado, segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), as vendas de gasolina totalizaram 18 bilhões de litros, contra 15,4 bilhões de litros de álcool. Em janeiro, foram vendidos 1,5 bilhão de litros de gasolina e 1,45 bilhão de litros de álcool.

— Tudo indica que até o fim do ano o consumo do álcool vai superar o da gasolina. A julgar pelo “cheiro” de janeiro, a demanda vai continuar crescendo forte. É a melhor coisa que pode acontecer para nós, estabilidade de preços e mercado crescente — afirmou Dutra.



Devido ao forte consumo, a BR teve lucro recorde em 2007 (R\$ 841 milhões), 47,5% acima do resultado de 2006. Dutra destacou que a distribuidora elevou sua participação de mercado de 32,3% para 34,3%. As vendas da BR saltaram de R\$ 26,8 bilhões para R\$ 30,7 bilhões.

— Esse resultado se deveu ao aumento das vendas da BR, que foram superiores ao crescimento do mercado total, e também à redução de custos — destacou.

Gabrielli: preços não vão subir a curto prazo No ano passado, as vendas de gasolina da BR cresceram 7,6% e as do diesel, 15%. Já as vendas de álcool da BR subiram 80,9%.

Segundo Dutra, uma parte desse aumento se deveu à redução do mercado ilegal de álcool, principalmente em São Paulo, mas outra se deve ao sucesso dos carros flex. Em média, o álcool custou 59% do preço da gasolina em 2007, o que foi vantajoso para o consumidor.

Para continuar forte no mercado de distribuição de combustíveis, a BR pretende investir R\$ 590 milhões este ano, contra R\$ 570 milhões em 2007.

Ontem, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse que não espera aumento de preços dos combustíveis derivados de petróleo no mercado interno, a curto prazo, apesar da recentes alta do preço internacional do barril. Em Londres, Gabrielli afirmou que a longo prazo a companhia ajustará os preços dos produtos petrolíferos para adaptá-los à tendência mundial. O último ajuste nos preços de derivados do petróleo no Brasil aconteceu em 2005.

### **Cana transgênica – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 05/03/2008**

A empresa de biotecnologia Allelyx informou ontem à Reuters que a tecnologia desenvolvida pela empresa em cana transgênica trará avanços na produção de álcool a partir da celulose, uma das principais apostas para a produção de biocombustíveis alternativos. A companhia em parceria com a Canaviallis, controladas pela Votorantim Novos Negócios, trabalham no desenvolvimento de cana transgênica mais produtiva. No país, contudo, os testes em campo não são permitidos.

### **Área nova para cana em estudo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008**

O governo federal diz ter pressa para concluir o zoneamento para a produção e expansão de cana-de-açúcar no Brasil sem avançar no bioma amazônico e na região do Pantanal. "Boa parte dos Estados quer logo uma definição para aprovar os novos projetos de usinas", disse Cid Caldas, coordenador de açúcar e álcool do Ministério da Agricultura.

Os Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais são os que mais estão recebendo investimentos para expansão de novas usinas no país. Mas precisam da definição do zoneamento para limitar o plantio em áreas consideradas de risco. O governo decidiu mapear a expansão da cana para evitar acusações de agressão ambiental e reduzir a pressão sobre áreas dedicadas à produção de alimentos. A medida também incluirá uma certificação socioambiental obrigatória de lavouras de cana e de usinas sucroalcooleiras. O prazo para a conclusão deste zoneamento será em julho e não deverá ser prorrogado, disse Caldas.

A expansão da cana ocorrerá basicamente em áreas de sequeiro. Ou seja, regiões que exigem irrigação deverão ser excluídas, afirmou Caldas. Além das regiões do bioma amazônico e pantanal, áreas com clima e solo inadequados à cultura também deverão ser riscadas deste novo mapeamento. Atualmente, a cana ocupa uma área de 7 milhões de hectares e deverá atingir quase 17 milhões até 2025, segundo estimativas da consultoria Datagro. Segundo Plínio Nastari, a expansão do setor é sustentada pela maior demanda por álcool no mercado interno, estimulada pelas vendas de carros flexfuel, e deverá ganhar suporte também pelas importações dos EUA. "A partir de 2015, os

americanos deverão buscar etanol de outros mercados", disse. Nastari acredita que os EUA esgotarão nos próximos sete anos seus recursos para produção própria de etanol à base de milho para depois recorrer ao mercado internacional.

De acordo com Christopher Berg, diretor da consultoria alemã F.O.Licht, a produção mundial de álcool nesta próxima safra está prevista entre 70 a 75 bilhões de litros, com um consumo global entre 60 a 62 bilhões de litros. O Brasil deverá exportar 4 bilhões de litros, alta de 14,2% sobre o ciclo anterior. Deste total, metade deverá ser embarcado para os EUA. A União Européia comprará cerca de 1,2 bilhão de litros. Para o mercado global de açúcar, que cresce 3% ao ano, as consultorias não prevêem surpresas. Atualmente, os preços estão firmes, impulsionados por movimentos de fundos nas bolsas.

### **Em ano da soja, cana ganha terreno no MT - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 10/03/2008**

Safra com soja em preços ascendentes, melhor acesso ao crédito, presença da ferrugem asiática mais controlada e demanda crescente pelo grão significaram aumento generalizado da produção e da produtividade no Mato Grosso. Não para todos os produtores. Mesmo em um cenário bem mais favorável para a cultura, houve quem preferisse arrendar terras e afastar-se das oscilações do mercado.

Arrendamentos de terras são usuais, mas, no caso do Mato Grosso, o plantio de cana também passou a ganhar espaço em lavouras antes ocupadas pela soja. Na região de Alto Taquari, no extremo sul do Estado, próximo das divisas com Mato Grosso do Sul e Goiás, a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco) está plantando cana em áreas arrendadas. São 35 mil hectares. A empresa anunciou no ano passado o projeto de construção de uma usina no município. O investimento desloca um pouco o eixo canavieiro do Mato Grosso, concentrado especialmente nos pólos de Nova Olímpia, Barra do Bugre e Tangará da Serra, a noroeste de Cuiabá. A ocupação de terras de soja também altera o perfil da cana no Estado, onde predomina o plantio em terras próprias ou ligadas a cooperativas. "O pessoal preferiu arrendar terra a ter dor de cabeça com a soja", afirma o agrônomo Luciano Perozzo, da Agro Amazônia, que atua na região.

Arrendamentos de terras de soja para o cultivo de cana são raros no Estado, atesta Jorge dos Santos, diretor executivo do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado de Mato Grosso (Sindalcool-MT). "Até 2004, 2005, 100% das terras de cana no Estado era das próprias usinas", afirma.

A mudança não faz sombra à soja - na safra 2007/08, a oleaginosa deve ocupar 5,6 milhões de hectares e a cana, 225 mil hectares, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) -, mas rememora o passado canavieiro do Estado. A pioneira Usina de Itaiçi, construída em 1896 e desativada em 1957, é creditada como o primeiro consumidor de energia elétrica do Mato Grosso.

Ainda que, em comparação com outras culturas, a cana ocupe pequena área no Estado, arrendamentos e projetos de novas usinas estão inaugurando uma nova etapa para o setor, afirma o diretor-executivo do Sindalcool. A primeira fase foi protagonizada exclusivamente pela Itaiçi. Nos anos 60, entrou em operação a Usina Jaciara, no município de mesmo nome. Outras dez usinas entraram em operação depois dela, e o número de 11 usinas permanece o mesmo.

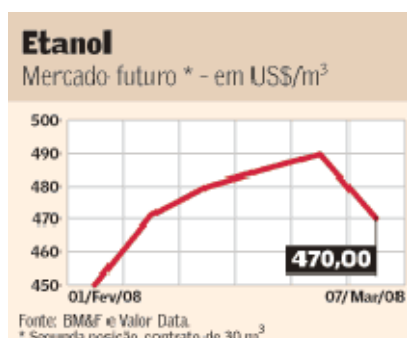
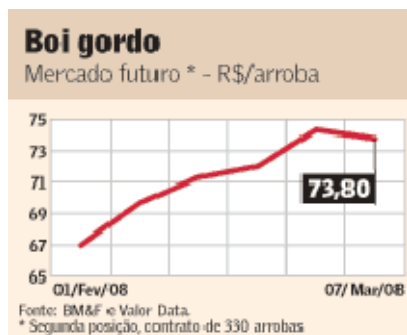
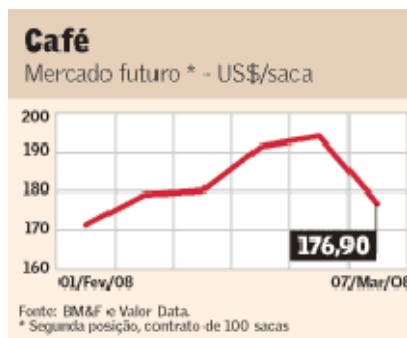
O arrendamento de terras ocupadas pela soja ajudará a ampliar a participação da cana no agronegócio mato-grossense. Há apenas duas safras, o volume de cana moída foi de 12,4 milhões de toneladas. No próximo ciclo, o número ficará próximo de 16 milhões de toneladas, de acordo com o Sindalcool - a projeção é de 15,8 milhões de toneladas.

Os empregos nas indústrias sucroalcooleiras já somam 2,9 mil e, no campo, 12,2 mil - com os empregos indiretos, são mais de 80 mil trabalhadores ligados à cadeia, segundo o sindicato. Ao

contrário da projeção da Conab, que aposta queda na produção de açúcar no Estado, o Sindalcool prevê 536,2 mil toneladas na safra 2007/08, volume 7,1% maior que o da safra anterior.

A safra da soja está bem mais promissora, mas não foi o suficiente para evitar o arrendamento de boa parte dos 6 mil hectares da colônia russa localizada em Primavera do Leste. Quase todos os membros da colônia, composta por 21 famílias, arrendou as terras e agora vende mão-de-obra. **\*O jornalista viajou a convite do Rally da Safra**

## Preços do álcool sobem e devem seguir em alta – Valor Econômico – Agronegócios - 10/03/2008



Os preços do álcool combustível fecharam a semana passada em alta e a expectativa é que a tendência se mantenha durante a entressafra, que termina em abril. O litro do anidro encerrou a semana a R\$ 0,83917 (sem impostos), com aumento de 0,3%, e o hidratado a R\$ 0,75552 (sem impostos), com elevação de 0,81%, segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

"Os compradores [distribuidoras] saíram estrategicamente do mercado para tentar forçar a oferta. Embora já abastecidos, eles devem voltar às compras nas próximas semanas antes do feriado [da Páscoa]", afirmou Marcelo Andrade, diretor da Ecoflex Trading.

Segundo o Cepea, as distribuidoras realizaram fortes compras na última semana de fevereiro. A quantidade de álcool hidratado negociado no Estado de São Paulo entre usinas e distribuidoras no mês passado foi 65,4% maior que a de janeiro deste ano.

Andrade acredita que as usinas já estão reduzindo os seus estoques para dar início à colheita de cana da próxima safra, a 2008/09, que deverá ter início ainda neste mês, mas se intensificará a partir de maio. "Algumas usinas do Paraná e de Goiás estão se organizando para começaram a moagem nas próximas semanas", afirma. No mercado, a colheita está estimada em 480 milhões de toneladas no centro-sul. (Mônica Scaramuzzo)

## ETH Bioenergia define aportes de US\$ 1 bilhão em três novas usinas - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 12/03/2008

O grupo Odebrecht vai investir aproximadamente US\$ 1 bilhão para a construção de três novas usinas de açúcar e álcool, que deverão entrar em operação a partir de 2011. Com mais esse aporte, a ETH Bioenergia, braço de agroenergia da companhia, passa a contar com nove unidades 'greenfield' (construção) como parte de sua estratégia de expansão nesse segmento.

Nos próximos dias, o grupo deve assinar contrato de compra da usina Eldorado, de Rio Brillante (MS), conforme antecipou o Valor no dia 22 de janeiro. A usina pertencia ao empresário Benedito Coutinho, e essa unidade estava sendo disputada também pela gigante Bunge.

Com essa nova aquisição, a ETH Bioenergia passa a controlar duas usinas em operação. A primeira, a Alcídia, instalada na região do Pontal do Paranapanema (SP), foi adquirida no ano passado, e marcou a entrada da gigante no setor sucroalcooleiro. Após a compra da Alcídia, o grupo anunciou seu primeiro projeto greenfield na mesma região, em sociedade com a ACP Agropecuária.

Ao fazer sua estréia no setor, a Odebrecht informou ter um orçamento de R\$ 5 bilhões para promover sua expansão no segmento. Praticamente todos esses recursos já estão comprometidos, uma vez que o grupo planeja investir entre US\$ 300 milhões e US\$ 350 milhões em cada unidade 'greenfield' anunciada.

No fim de outubro do passado, a ETH Bioenergia associou-se à trading japonesa Sojitz, que comprou 33,3% das ações da empresa de agroenergia brasileira, e aumentou o poder de fogo do grupo para promover seus investimentos nesse segmento.



Segundo Eduardo Pereira de Carvalho, diretor estratégico da ETH, as três novas unidades da Odebrecht que deverão entrar em operação a partir de 2011 serão construídas na região de Nova Alvorada (MS), onde o grupo já está construindo uma planta, em Goiás, na cidade de Itarumã, onde já deu início a um pólo produtor denominado Caçu, e a última, no Pontal do Paranapanema, onde também possui uma unidade em operação e outra em construção.

Para a próxima safra, a 2008/09, as duas usinas em operação do grupo - a Alcídia e a Eldorado - devem processar juntas cerca de 3,8 milhões de toneladas de cana. "Para 2009, o volume de moagem deverá saltar para 8 milhões de toneladas", diz Carvalho, observando que três das nove unidades greenfield do grupo vão entrar em operação a partir do próximo ano, com moagem de 1 milhão de toneladas cada uma, além do aumento de capacidade de processamento das unidades já em operação.

De acordo com o executivo, caso o grupo decida adiar os projetos de construção de alguma de suas usinas, a moagem da cana projetada não deverá ser alterada. "Todos os nossos projetos foram pensados como pólos de produção, com unidades próximas umas das outras, que poderão absorver a produção das usinas de cada região", afirma.

O grupo estabeleceu a região paulista do Pontal do Paranapanema como seu primeiro pólo produtor de cana. O sul de Goiás e a região de Rio Brillante, no Mato Grosso do Sul, completam os outros dois clusters do grupo.

## **Petrobras e Mitsui – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008**

A Petrobras e a trading japonesa Mitsui assinaram na quarta-feira acordo para a constituição de uma empresa no Brasil para investir em projetos de bioenergia, principalmente etanol e cogeração de energia. Cada companhia terá 50% nesta nova empresa.

## **Cana do Nordeste – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008**

A colheita de cana do Nordeste referente à safra 2008/09 está praticamente concluída, segundo Renato Cunha, presidente Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE). A colheita está estimada em 62 milhões de toneladas de cana, dos quais 95% já foram processadas.

## **POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS**

### **Biodiesel**

#### **O biodiesel e o desenvolvimento regional – Karina Kato – Agência Carta Maior – 17/03/2008**

Ao instituir um regime tributário diferenciado – por região produtora, tipo de produção e oleaginosa –, o programa foge dos instrumentos tradicionais de política pública, normalmente setoriais, e permite o diálogo entre objetivos econômicos e sociais.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é uma política pública interministerial instituída em 2004/5 que tem como principal objetivo incentivar a produção e o consumo de biodiesel. Desde a formulação, tem como principais premissas a inclusão social, com a inserção da agricultura familiar em condições privilegiadas, e a redução das desigualdades regionais, favorecendo o semi-árido brasileiro. Ao instituir um regime tributário diferenciado – por região produtora, tipo de produção e oleaginosa –, o PNPB foge dos instrumentos tradicionais de política pública, normalmente setoriais, e permite o diálogo entre objetivos econômicos e sociais.

Os principais instrumentos previstos no PNPB relacionados à agricultura familiar e ao desenvolvimento regional são o Selo Combustível Social e os Pólos de Produção, ambos gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O selo diferencia as empresas que adquirem um percentual mínimo de matéria-prima da agricultura familiar, concedendo-lhes benefícios fiscais e o direito de participar dos leilões da Petrobras. Este instrumento reforça a opção pela combinação diversificada de oleaginosas e procura evitar que o mercado de biodiesel, ainda em fase de estruturação, seja dominado pela cadeia da soja e por regiões que tradicionalmente são grandes produtoras de grãos, como as regiões Centro-Oeste e Sul.

Em paralelo, o MDA implementa o projeto dos pólos de produção com o objetivo de contribuir para a organização dos produtores, visando ao aumento da eficiência. A principal preocupação por trás deste instrumento é criar um ambiente que possibilite o crescimento da produção de oleaginosas pela agricultura familiar. Os pólos funcionariam como mesas de negociação contando com representantes de STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), Federações, empresas produtoras, ONGs, prefeituras, órgãos de Estado, bancos e outros atores. Atualmente, estão em fase de implantação 24 pólos de produção em todo o país, sendo dez no

Nordeste. Seu objetivo é fortalecer a constituição de arranjos produtivos locais em torno da cadeia do biodiesel.

As principais potencialidades do PNPB derivam do fato de se tratar de um programa que reserva um espaço privilegiado para a agricultura familiar do semi-árido – normalmente negligenciada nas políticas públicas no cenário nacional – num tema de grande futuro para a agricultura e o meio rural do país. Apresenta capacidade para atuar na redução tanto das desigualdades interregionais, entre o Nordeste e as regiões mais ricas do país, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste, como das intra-regionais, existentes entre os pólos mais desenvolvidos do Nordeste – regiões de grande produção agrícola, de agricultura irrigada e centros industriais e urbanos – e o Semi-Árido.

O sucesso do programa em contribuir com o desenvolvimento regional, em nossa opinião, está condicionado à definição do papel estratégico do Estado e à sua capacidade de implementação de ações coordenadas para o Semi-Árido. O desenvolvimento regional requer a definição de um plano estratégico para a região, consistente e sustentável, que consiga articular e coordenar diferentes políticas públicas e variados atores sociais para esse fim. Embora o PNPB represente uma boa oportunidade, o fomento ao desenvolvimento regional requer ações ampliadas que ultrapassem o domínio do mercado de biodiesel e da agricultura familiar. Nesse sentido, o PNPB é um importante ponto de partida para a região, mas insuficiente para a garantia do desenvolvimento regional.

Dos instrumentos previstos no PNPB, é necessário avançar no fortalecimento econômico da agricultura familiar e, em particular, na ampliação dos serviços de apoio à produção voltados para este segmento. No Nordeste, os estabelecimentos da agricultura familiar correspondem a aproximadamente 2 milhões (88% do total), dos quais 1,2 milhão encontra-se em situação de acentuada pobreza. Esse segmento, contudo, é responsável por 43% de toda a produção agropecuária regional e situa-se majoritariamente (1,2 milhão ou quase 60%) no grupo dos estabelecimentos que apresentam menores áreas – menos de 5 ha. O fortalecimento econômico da agricultura familiar representa um importante desafio para o desenvolvimento do Nordeste com maior equidade social.

Na maior parte destas economias, os agricultores familiares encontram-se desarticulados e organizados precariamente: as cooperativas ou associações formalmente instituídas só existem no papel. O acesso ao crédito e ao seguro é obstruído pela burocracia e pela dificuldade de as instituições financiadoras (BB, BNB) compreenderem a lógica da produção familiar. Não existem empresas que forneçam serviços de apoio: não há laboratórios que possibilitem análise de solo e água, nem técnicos ou organizações suficientes para orientar possíveis correções do solo ou outras técnicas, como as de convivência com a seca ou de não agressão ao meio ambiente, ainda que se reconheça o importante trabalho que algumas ONGs vêm desempenhando nessa área. Inexistem órgãos de pesquisa voltados às características e aos interesses da agricultura familiar, de modo que muito poucas pesquisas sobre novas variedades de sementes aplicadas ao ambiente local e técnicas são realizadas. Os mercados consumidores locais encontram-se enfraquecidos e desarticulados. As empresas de assistência técnica governamentais, que poderiam desempenhar um importante papel, operam com sérias dificuldades, com orçamentos reduzidos e quadros técnicos mal capacitados e envelhecidos. As sementes, um dos gargalos para o crescimento da cadeia, são escassas no mercado, assim como são poucos os produtores credenciados para a produção de sementes certificadas.

O acúmulo dessas carências impacta invariavelmente a produtividade da agricultura familiar do Semi-Árido e a sua capacidade de inserção na cadeia do biodiesel. Assim, ainda que o Nordeste seja o principal produtor de mamona, responsável por 88% da produção nacional, é uma das regiões

que apresenta menores taxas de produtividade, 601 kg/ha, enquanto no Sudeste esse índice é de 1.518 kg/ha e no Sul, 1.205 kg/ha. Como resultado, no período de 2007/8, contrariando as expectativas do governo, o PNPB enfrentou grandes dificuldades em seu processo de implementação, sobretudo por não conseguir elevar a produção de oleaginosas pela agricultura familiar do Semi-Árido. Assim, 90% de todo o biodiesel produzido neste ano foram provenientes da soja, a única que possui escala e, portanto, capacidade automática de fornecimento de matéria-prima em grandes quantidades. Contudo, a dependência acentuada desta oleaginosa apresenta riscos para o mercado, especialmente se considerarmos que se trata de uma commodity cujos preços no mercado externo vêm apresentando alta constante.

A questão fundiária é outro elemento central. Ações de reforma agrária são necessárias àquelas famílias que não possuem acesso à terra e que atualmente sobrevivem plantando na terra de grandes proprietários temporariamente. A reduzida dimensão dos estabelecimentos familiares também constitui um obstáculo, pois a maior extensão da propriedade favorece a diversificação produtiva e a manutenção de áreas florestais, e evita o desgaste dos solos, fatores importantes para a sustentabilidade da unidade familiar e para uma maior produtividade, sem comprometer o meio ambiente. Cabe destacar também ações que visem à regularização de assentamentos e acampamentos, possibilitando a entrada no mercado de inúmeros agricultores familiares que hoje estão em situação irregular e não possuem acesso a políticas públicas como o crédito e o seguro.

Além de intervenções sobre as condições de produção e fortalecimento da agricultura familiar, esforços em torno de uma maior diversificação produtiva também são apontados. A diversificação produtiva (agrícola, pecuária, florestal) contribui para um maior ganho por propriedade e para a redução de perdas pelo risco climático. Tendo em vista que a produção de oleaginosas em bases competitivas fornece um valor restrito por hectare, a diversificação pode ser uma forma de garantir a essas famílias uma maior renda monetária e uma ocupação mais eficiente da mão-de-obra familiar. Além disso, evita que esses agricultores caiam na especialização e na monocultura, e comprometam a sua segurança alimentar.

O fortalecimento econômico da agricultura familiar é um importante avanço, para a economia nordestina, porém não se mostra suficiente para o fomento do desenvolvimento regional. Da mesma forma, ainda que a cadeia do biodiesel gere investimentos consideráveis – a estimativa do MDA, para 2007, é de 126 milhões em receitas da agricultura familiar na cadeia do biodiesel –, ela tem capacidade limitada de geração de encadeamentos na economia regional. Atualmente, o Nordeste é quem mais concentra usinas de biodiesel: a Brasil Biodiesel, responsável por 49% do mercado nacional segundo a ANP, possui três unidades em funcionamento, todas com selo social. A Petrobras encontra-se em fase de finalização de três plantas industriais com previsão de operação em julho deste ano. No entanto, análises recentes sobre a cadeia no Nordeste têm mostrado que a sua estruturação não vem conseguindo reduzir a concentração industrial e regional, e denunciam problemas na articulação entre as grandes plantas industriais e a agricultura familiar.

Considerando a realidade atual de pobreza, baixo dinamismo e restrita capacidade de investimento da maior parte dos municípios do Semi-Árido, a questão que se coloca é como aproveitar os investimentos e os aportes de capital gerados pelo mercado de biodiesel para a consolidação de um processo de desenvolvimento regional diversificado e descentralizado. O desenvolvimento regional dependerá da implementação de instrumentos mais avançados que ultrapassem o escopo da cadeia do biodiesel e que estimulem, com base nas especificidades locais, outros setores ou atividades econômicas, favorecendo a diversificação da economia regional.

A criação de novas oportunidades econômicas, por sua vez, será responsável pela absorção da mão-de-obra que não consegue se inserir na cadeia do biodiesel. Com o amadurecimento do mercado, fatores como a extensão da área plantada, a produtividade e a obtenção de escalas

produtivas serão essenciais para a permanência ou não dos agricultores familiares na produção de oleaginosas. Haverá amplos segmentos da agricultura familiar que não conseguirão se manter no mercado, agricultores com propriedades muito pequenas, terras pobres, em locais com clima desfavorável ou aqueles para os quais este mercado não será vantajoso. Mesmo para aqueles que permanecerem no mercado, nem sempre a produção de oleaginosas que emprega relativamente pouca mão-de-obra por hectare, especialmente se mecanizada, será capaz de ocupar toda a mão-de-obra familiar.

Ao mesmo tempo, são importantes ações que visem ao fortalecimento das cidades médias do semi-árido nordestino, de forma a conformar uma rede capaz de dinamizar o tecido regional e contribuir com a redução das desigualdades socioeconômicas e espaciais. Investimentos em infraestrutura básica, transportes e logística, bem como a ampliação dos serviços de energia, telecomunicações e de apoio à produção, desempenham um importante papel neste sentido. Grande parte das cidades médias do semi-árido nordestino apresenta carências acentuadas em infraestrutura e serviços, funcionando como um obstáculo à atração de empreendimentos produtivos e investimentos e, portanto, ao seu desenvolvimento. A situação se agrava no meio rural refletindo-se nas crescentes dificuldades enfrentadas pelas atuais empresas produtoras de biodiesel para organizar sua logística, que inclui o recolhimento de pequenas quantidades em cada uma das propriedades, situadas distantes uma das outras e interligadas por estradas vicinais em estado precário, o que acaba por elevar seus custos de transporte. A preocupação com a qualificação da mão-de-obra local também é central, com investimentos em ciência e tecnologia, novas escolas técnicas, universidades e centros de pesquisa. Juntamente, destaca-se a necessidade de ampliação do acesso aos serviços sociais, em particular aqueles relacionados às áreas de saúde, saneamento básico e educação fundamental e média.

A confluência desses fatores contribui para a criação de um ambiente mais dinâmico e atrativo a investimentos, e propício à formação de arranjos produtivos locais. Adicionalmente, possibilita a elevação da capacidade produtiva e competitiva das firmas instaladas através das economias de escala. Por outro lado, a interação contínua entre os diversos agentes sociais e econômicos no território e o acúmulo de conhecimentos favorecem a geração de processos de inovação e reforçam a dinâmica de desenvolvimento endógeno.

Por fim, o desenvolvimento regional não diz respeito apenas ao Estado, ainda que este seja um dos seus principais protagonistas. Em suma, o sucesso das estratégias de desenvolvimento regional dependerá da capacidade do Estado, em suas múltiplas escalas, em articular e incluir em suas intervenções os interesses, as lógicas e as ações (nem sempre consensuais) dos diferentes atores sociais e instituições presentes no território, conformando um ambiente que combine competitividade e cooperação. Sua complexidade será mais acentuada quanto mais diversificados e contraditórios forem os valores em jogo no âmbito local e regional. **\*Karina Kato é economista pelo IE/UFRJ, doutoranda no CPDA e assistente de pesquisa do OPPA/CPDA/UFRRJ.**



## **Diesel terá mistura de 3% de biodiesel a partir de julho** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/03/2008

A partir de 1º de julho o Brasil usará mais biodiesel nos veículos movidos a óleo diesel. O governo decidiu ontem que no meio do ano vai aumentar dos atuais 2% para 3% o percentual obrigatório de mistura do biodiesel. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que a produção atual de biodiesel é suficiente para garantir o abastecimento.

Ele admitiu a possibilidade de elevar a mistura para 5% já em 2010, e não apenas em 2013, como estava previsto. Com o aumento para 3%, a utilização de biodiesel no País passará de 840 milhões de litros para 1,260 bilhão de litros por ano. Segundo Lobão, a capacidade instalada de produção de biodiesel é de 2,5 bilhões de litros/ano. “Todas as providências estão tomadas para que não haja problema de abastecimento.”

Com mais biodiesel, disse o ministro, o País pode reduzir a importação de petróleo, que está com a cotação cada vez mais alta no mercado internacional. A previsão é de que, com 3% de mistura, haja uma economia neste ano de US\$ 700 milhões na balança comercial.

O ministro afirmou que a medida favorece o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços e reduz o consumo do óleo, diminuindo as emissões de gases poluentes. “Na medida em que antecipamos a mistura, contribuímos para a saúde do meio ambiente, com geração de mais emprego, sobretudo o emprego familiar.” Cem mil famílias de agricultores estão envolvidas no projeto do biodiesel.

O ministério destaca a intenção do Brasil de continuar “sendo líder” na produção e no uso em larga escala de fontes de energia renováveis. A obrigação de misturar biodiesel ao combustível vigora desde 1º de janeiro. Cerca de 70% do biodiesel usado hoje vem da soja e o restante, de fontes como mamona, sebo bovino e girassol.

Segundo o ministério, a elevação do percentual não exigirá alteração nos motores. Lobão disse que o governo pediu à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) que comece a estudar com rapidez a utilização da mistura de 4%. A decisão de aumentar a mistura foi tomada pelo ministro, enquanto presidente do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), e deverá ser referendada pelos integrantes da entidade.

## **Para garantir mercado, gasolina não tem reajuste** - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 15/03/2008

Em defesa da política de preços da Petrobrás, o diretor de Abastecimento da companhia, Paulo Roberto Costa, disse ontem que não há como aumentar o preço da gasolina, sob risco de perder ainda mais mercado para o álcool. A frase embute um problema que paira sobre a área de refino da empresa: o excedente de gasolina no País, que vem forçando a exportação de volumes cada vez maiores do produto. O problema é que a gasolina é exportada a preços menores que os cobrados no Brasil. Costa acredita que, ainda neste ano, o álcool ultrapasse a gasolina em volume de vendas no mercado interno.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), as exportações brasileiras de gasolina aumentaram 37% em 2007, movimento que reflete o consumo de álcool pela crescente frota de carros bicombustíveis no País. Em janeiro, o mercado brasileiro consumiu 1,45 bilhão de litros de álcool (incluindo o anidro, que é misturado à gasolina) e 1,60 bilhão de litros de gasolina pura.

“Não adianta provocar aumento abrupto no preço da gasolina se isso causar mais perda de mercado do que já está ocorrendo”, afirmou o diretor.

De acordo com pesquisa semanal da ANP, o litro do álcool custa hoje R\$ 1,479, o equivalente a 59% do preço da gasolina (R\$ 2,501 por litro, a média nacional). Especialistas dizem que o álcool continua a levar vantagem até o limite de 70% em relação à gasolina. Em São Paulo, a diferença é de 53%.

Costa disse que a opção pela exportação do excedente de gasolina não é tão rentável: além do frete, o produto tem deságio em relação às cotações internacionais. Porque a qualidade da gasolina brasileira é inferior às especificações de mercados como Estados Unidos e Europa. O preço médio das exportações em janeiro foi de US\$ 0,65 por litro, 8% menor que a cotação média da gasolina negociada em Nova York. “Vender no mercado interno é sempre mais rentável”, diz um especialista em trading de petróleo, que calcula o frete em US\$ 0,04 por litro. Ele afirma, porém, que a empresa vem sendo sacrificada pelo governo, que ainda não usou a Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o imposto sobre os combustíveis, como colchão para amortecer a disparada das cotações internacionais. Segundo a lei, o imposto pode ser reduzido para absorver eventuais altas no preço dos combustíveis.

Para o especialista, o acionista minoritário da estatal tem os ganhos reduzidos pela menor rentabilidade na venda de combustíveis, em favor da arrecadação da Cide, de R\$ 0,028 por litro. “O governo tem apenas 30% da Petrobrás, mas tem 100% da Cide.” Costa disse que a companhia promoverá ajustes “para cima ou para baixo”, quando julgar necessário.

**Governo eleva mistura de biodiesel ao diesel comum** – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008

**Em julho, índice sobe de 2% para 3%; demanda crescerá 420 mi de litros/ano - Para distribuidores de combustível, decisão deve levar a pequeno aumento de preço; governo diz que não haverá falta de produto**

O governo decidiu aumentar de 2% para 3% a quantidade de biodiesel misturada ao diesel comum a partir de julho. Para distribuidores de combustível, a medida poderá levar a um pequeno aumento de preço. Com a decisão, a demanda atual de biodiesel deverá subir cerca de 420 milhões de litros por ano. Hoje, a necessidade de biodiesel no mercado para atender à mistura de 2% é de aproximadamente 840 milhões de litros por ano.

Os distribuidores de combustível acreditam que haverá biodiesel para atender ao aumento da mistura, mas estão preocupados com o preço. "Tendo preço, tem produto. Como ele é compulsório, paga-se. Mas vai encarecer um pouco mais o diesel", disse Alíseo Vaz, vice-presidente-executivo do Sindicom (Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes).

De acordo com Vaz, nos leilões de novembro o biodiesel estava sendo comprado por cerca de R\$ 1,90 o litro. Com a alta do óleo de soja (principal matéria-prima usada para produção do combustível renovável), o custo do biodiesel deverá subir para cerca de R\$ 2,50. O diesel comum de petróleo produzido pela Petrobras custa R\$ 1,13 o litro (sem tributos).

O preço do biodiesel é fortemente influenciado pela cotação do óleo de soja. Em novembro de 2007, o produto estava cotado a US\$ 1.037,26 por tonelada no porto de Paranaguá (PR). Em janeiro deste ano, já tinha subido para US\$ 1.150,80.

A medida do governo é mais um passo para antecipar, de 2013 para 2010, a obrigatoriedade de misturar 5% de biodiesel ao diesel comum. O biodiesel que será usado para cumprir a exigência de misturar 3% ao diesel comum será adquirido por meio de leilão a ser realizado em abril.

Na avaliação do governo, não há risco de falta do produto. "A Petrobras está entrando no processo produtivo. Todas as providências estavam sendo tomadas para que não haja o risco de desabastecimento", disse o ministro Edison Lobão (Minas e Energia). Entre as vantagens citadas pelo ministro para justificar o aumento do percentual de mistura, estão a geração de empregos e a melhoria da balança comercial, uma vez que o país é importador de diesel. Com a mistura de biodiesel, a necessidade de importação cai na mesma proporção.

Na avaliação do ministro, a mistura de biodiesel ao diesel comum pode ter efeito benéfico para o consumidor, pois o preço do petróleo no mercado externo está disparando. A Petrobras, no entanto, não reajusta o óleo diesel no mercado interno desde setembro de 2005.

#### **Terra a estrangeiros terá restrição** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/03/2008

O governo decidiu ampliar a restrição legal para a compra e arrendamento de terras no Brasil às empresas brasileiras controladas por acionistas estrangeiros. Hoje, apenas as companhias de não-residentes ou com sede no exterior têm restrições para essas operações com terras no país.

Em audiência pública no Senado, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou ontem que, diante da elevação da procura por terras em nome de estrangeiros, prepara a revisão de um parecer publicado em 1997 que eximia as controladas por estrangeiros de pedir autorização antes de comprar ou arrendar terras no Brasil. "O parecer merece, sim, ser revisto. É uma questão de soberania nacional, de dotar o Estado do que é estratégico e que merece regramento", afirmou o consultor-geral da AGU, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Filho. O advogado lembrou aos parlamentares que o "interesse por biocombustíveis" reacendeu o debate sobre a legalidade da aquisição de terras por empresas com controle acionário estrangeiro.

A revisão do parecer, que deve ficar pronta em até 45 dias, obrigará as empresas a pedir autorização ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e ao Congresso Nacional para adquirir terras no país. Na prática, a nova norma equipara essas empresas nacionais com capital estrangeiro às companhias controladas por acionistas não-residentes no país ou com sede no exterior. Em áreas situadas ao longo da faixa de 150 quilômetros das fronteiras é necessária autorização do Conselho de Defesa Nacional. Empresas multinacionais, como a sueca-finlandesa Stora Enso, terão problemas.

Mesmo sob protestos de senadores ruralistas, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, corroborou a tese da urgência em reformar a legislação ao afirmar que o Brasil não tem controle total sobre as compras de terras por estrangeiros. "Ninguém sabe exatamente sobre quem e quantos são os estrangeiros." Na vaga idéia que tem sobre os dados, o Incra registra 33.228 imóveis em nome de estrangeiros, o que soma um total expressivo de 5,57 milhões de hectares. Segundo o presidente do Incra, 3,16 milhões de hectares estão situados na área da Amazônia Legal. "É uma questão de soberania nacional, não de xenofobia", repetiu Hackbart. "E saber qual o destino do território, as regras e as definições". Ele afirmou que os cartórios de registro de imóveis descumprem a lei ao não informar ao governo, nem manter registros atualizados, sobre a compra de terras por estrangeiros. Além disso, o cadastro exigido pelo Incra é declaratório, sem fiscalizações.

Para legalizar a compra por estrangeiros, em caso de novo parecer da AGU, os imóveis rurais com áreas entre 250 e 5 mil hectares serão obrigados a ter registro no Incra, projeto específico

aprovado e autorização expressa do Congresso Nacional. "O investimento estrangeiro não é tributado, mas quando alguém produz aqui há esse preconceito retrógrado", protestou a senadora ruralista Kátia Abreu (DEM-TO). "Temos que tirar o véu desse preconceito", disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O coordenador-geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, Fernando Queiroz Segovea, informou ao Senado que a corporação não tem condições de investigar os desvios nas aquisições de terras no país por falta de legislação sobre o tema. "A Polícia Federal recebeu denúncias e pedidos para investigar empresas e ONGs na Amazônia, mas não tem instrumentos legais." Segundo ele, a PF já abriu inquéritos para apurar denúncias por uso de dinheiro público, estadual e federal, para o desenvolvimento de áreas nos Estados do Amazonas, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Segovea informou que a PF vê indícios de crimes de estelionato, evasão de dinheiro público, apropriação indébita e evasão fiscal. "Precisamos de regras claras para uma atuação mais firme para caracterizar esses crimes".

### **Balanco da Abiove – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 10/03/2008**

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) prevê que a produção de soja para a safra 2007/08 ficará em 61,5 milhões de toneladas, ante 60,5 milhões divulgado em fevereiro. Sobre a 2006/07, haverá um crescimento de 4,76%. A exportação do grão aumentará 14,6%, para 27,3 milhões de toneladas. A produção de farelo crescerá 2,7%, para 24,6 milhões de toneladas, e a de óleo crescerá 100 mil toneladas, para 6,1 milhões de toneladas. O esmagamento no ano comercial que vai de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009 será 2,9% maior, chegando a 32,2 milhões de toneladas.

### **Crescimento com igualdade - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião - 12/03/2008**

É momento de debater o Brasil rural e as possíveis formas de seu crescimento: com igualdade ou com desigualdade. São dois caminhos que agora parecem mais nítidos, afinal, já vivenciamos a concentração fundiária, a favelização rural e a ausência de políticas agrárias por muitos anos. Foi um lento processo de aprendizagem até começarmos a implantar políticas públicas que de fato mantivessem trabalhadores e trabalhadoras rurais com trabalho e renda no campo. E esse é um processo ainda em construção. A questão agrária e a pobreza no campo são discussões que remontam ao século 19. Jamais foram solucionadas porque jamais crescemos com igualdade. Os anos 70 são um modelo desse tipo de crescimento distorcido. Muitos de nós ainda jovens, outros sequer nascidos, todos experimentamos os efeitos do "milagre econômico". Embalados por esse jargão, em pleno período de ditadura militar, pensamos estar crescendo econômica e socialmente e, mesmo ali, jamais nos vimos crescendo iguais. Passamos a conviver com bolsões de pobreza nas grandes cidades e o avanço da violência urbana. Conhecemos o que era recessão, má qualidade de vida e os resultados da degradação ambiental. Do campo, milhares de famílias foram expulsas.

Algumas das feições rurais herdadas das décadas passadas, e que apesar dos esforços governamentais e da sociedade civil ainda vigoram, são os latifúndios improdutivos, o trabalho escravo e a devastação ambiental. São feições oriundas do crescimento desigual e, por isso, tão difíceis de se corrigir. Sofremos as consequências desastrosas da falta de política agrária e de política agrícola. E sofremos por longo tempo.

Foi apenas nos últimos anos, com o rearranjo das políticas urbanas e rurais, que começamos a romper com essa realidade. Aos poucos, nos vemos crescendo de forma diferente. Não extinguímos a miséria, mas estamos reduzindo as desigualdades na cidade e no campo. Não por acaso, 20 milhões de brasileiros deixaram de ocupar as classes D e E, passando a ter condições

melhores de vida. No ano passado, o país alcançou uma geração recorde de 1,6 milhão de empregos.

E o campo mostrou sua faceta recompensadora a todos os que defendem políticas públicas específicas para o seu crescimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma a safra recorde de grãos em 2007, de 133 milhões de toneladas. Dados preliminares do censo agropecuário demonstram que o número de propriedades rurais cresceu, de 4,8 milhões para 5,2 milhões, ao mesmo tempo em que o tamanho médio delas diminuiu. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) atesta que a renda da agricultura familiar aumentou 7%. Esses números refletem políticas implementadas especialmente desde 2003. Estamos esboçando uma nova malha fundiária e ampliando a renda de quem precisa e produz.

Esses são os primeiros passos de uma caminhada que tem de ser feita com firmeza e rapidez. E, além disso, com muita persistência para que grandes extensões de terras despovoadas passem a ser cenário do passado. Porque outra realidade é possível: a de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças em vida plena e comunitária no campo.

### **A agricultura familiar engloba pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e fazem o que preferem no seu chão**

E eles não precisam compor famílias que só cultivam pela subsistência. Seu horizonte hoje está amplificado com o crédito cada vez mais alto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que incentiva a produtividade, a mecanização e a comercialização dos alimentos; e do seguro agrícola, que propicia mais segurança contra intempéries climáticas e oscilações de preços. Essa é uma política que demoramos a construir. O Pronaf completa 12 anos em 2008, mas sua conformação mais inclusiva e diversificada para os trabalhadores rurais só ocorreu depois de muita lapidação. E o aprimoramento continua.

Com o advento do biodiesel e o potencial de integração da agricultura familiar na sua cadeia de produção, os agricultores encontram uma nova forma de ampliação da renda. O Selo Combustível Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem sido um instrumento decisivo nessa nova política de inclusão produtiva. Tudo isso sem esquecer a missão primordial da agricultura familiar: a produção de alimentos. A agricultura familiar começa a englobar pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e escolhem o que preferem fazer no seu chão. Agora, elas têm chão.

Hoje já conseguimos antever um outro tipo de crescimento no meio rural, mais igual e solidário: dispomos de um número maior de proprietários rurais, de produção diversificada de alimentos, de geração de mais trabalho e mais renda. Crescer com igualdade é o desafio contemporâneo do meio rural brasileiro. É apostar em gente trabalhando e agregando valor à produção, sendo assistida por técnicos que compartilham as inovações tecnológicas, tendo água encanada, saneamento e energia elétrica mesmo nos pontos mais longínquos. E vendo os filhos freqüentarem todos os dias a escola. Escola próxima, de preferência.

Por isso, o governo federal lançou no mês de fevereiro o programa Territórios da Cidadania, para que essa dinâmica econômica e social já constatada em alguns lugares seja disseminada pelo país. O programa tem um objetivo claro: superar as condições de pobreza que ainda persistem no meio rural. Queremos fazer o que o Estado brasileiro nunca foi capaz: garantir o acesso a direitos e a políticas públicas de infra-estrutura e desenvolvimento econômico lá nos territórios esquecidos, nos lugares mais pobres, onde moram e trabalham homens e mulheres que pelas mais diversas razões têm sido condenados à invisibilidade. Queremos restituir a milhares de brasileiros o direito de usufruir deste novo ciclo de crescimento e abrir para essas regiões novas possibilidades de desenvolvimento.

Poderíamos retroceder, deixar de destacar tantos recursos para a agricultura familiar, que responde por 60% de todos os alimentos que consumimos no Brasil, e para a reforma agrária massiva e de qualidade. Poderíamos voltar a concentrar a malha fundiária, sem nos preocupar com o escoamento da produção dos agricultores familiares e assentados, com o desmatamento ou a convivência racional com a Floresta Amazônica. Poderíamos crescer sem nos indagar se a água finalmente irrigará as pequenas comunidades rurais do Nordeste e sem concretizar o Projeto do Rio

São Francisco de forma inclusiva. Depois de descobrir que é possível crescer sem sermos tão desiguais, será que temos esse direito? **\*Guilherme Cassel, engenheiro civil, é Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.**

## **Etanol**

**'Pesquisa do Brasil ajudará a enfrentar crise do clima'** - Simone Iwasso – Estado de São Paulo – Vida & - 12/03/2008

John Beddington: conselheiro para Assuntos Científicos da Grã-Bretanha. Cientistas brasileiros e britânicos fazem intercâmbio para uso de biocombustíveis e na área de mudanças climáticas

Num contexto de aumento da população mundial em 6 milhões de pessoas ao mês, mudanças climáticas em curso, previsões futuras de falta de água, energia e alimentos, a comunidade científica brasileira voltada para pesquisas em aumento de produtividade agrícola e uso de biocombustíveis pode colaborar, e muito, com a pesquisa nos países desenvolvidos. Baseado nessa premissa, o conselheiro-chefe do gabinete de Assuntos Científicos da Grã-Bretanha, professor John Beddington, está no Brasil para encerrar o Ano Brasileiro-Britânico da Ciência e Inovação. A iniciativa, na opinião de Beddington, encerra-se com diversos acordos de cooperação e a perspectiva de contínuo intercâmbio de conhecimentos.

Lançado em março de 2007, o Ano da Ciência termina com 40 eventos, seminários e congressos sobre tecnologia espacial, mudanças climáticas, células-tronco, semicondutores orgânicos, tecnologia de luz síncrotron, indústrias criativas, nanotecnologia, inovação, biocombustíveis de segunda geração, desenvolvimento social e igualdade econômica. A seguir, trechos da entrevista concedida ao Estado.

**O que merece ser destacado após um ano de parceria?** Há alguns pontos especialmente importantes para o mundo, nos quais as parcerias com o Brasil são relevantes. Um deles é na área da agricultura e de biomassa. Assinamos um memorando de entendimento entre o Instituto Agrônomo do Paraná e o Rothamsted Research, o primeiro instituto de agricultura aberto no mundo, com experimentos feitos desde 1850. Também foi fechada uma parceria com a Embrapa. Na área de mudanças climáticas, há um acordo entre o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o nosso maior laboratório especializado em clima. Outra área com grande investimento é a luz síncrotron.

**E os biocombustíveis?** Estamos realizando nesta semana um workshop sobre biocombustíveis em parceria com a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Há conselheiros ingleses especialistas na área aqui no Brasil essa semana. Investimos porque acreditamos que a concentração de recursos futuros virá da segunda e da terceira gerações de biocombustíveis. Há bases para se acreditar nisso e um trabalho de grandes especialistas dos dois países. Outro destaque é o desenvolvimento de parcerias entre os fundos de pesquisa, como a Fapesp, e nossos fundos, para tentar fazer com que as propostas científicas sejam analisadas nos dois países. Uma proposta daqui pode ser revista por cientistas ingleses - e o contrário também. Há uma grande colaboração agora para que isso aconteça.

**O que foi feito e iniciado neste ano terá continuidade?** A idéia é tentar fazer isso valer a pena. Não é só passar um ano e dizer adeus. Queremos que isso seja o começo de parcerias que vão

continuar. Mostrar o quanto estamos interessados e como pode ser importante para os dois países levar essa parceria adiante.

### **Por que o Brasil? Em que somos interessantes para a comunidade científica mundial?**

O Brasil tem grande número de publicações científicas, uma comunidade científica muito produtiva que tem aumentando a presença na literatura mundial. Hoje, os brasileiros publicam mais do que os suíços e os cientistas daqui são muito bons em biocombustíveis, em agricultura em áreas tropicais e têm potencial para desenvolver modelos matemáticos para mudanças climáticas. O interessante no Brasil é que há terra para plantar, um clima favorável, abundância de água e uma tecnologia na agricultura que pode ser muito importante para ajudar nos desafios do mundo. Como produzir mais em espaços menores ou com o mesmo espaço de terra. Sabemos que os grandes desafios mundiais são os problemas decorrentes da globalização, a pobreza, as mudanças climáticas e a garantia de segurança energética e alimentar. A população mundial cresce em 6 milhões de pessoas a cada mês. Nesse sentido, a experiência em agricultura e energia de um país como o Brasil é muito importante.

**Fiscalização aponta trabalho precário em lavouras de cana** – Juliana Coissi – folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008

### **Blitz do Ministério do Trabalho vê falta de equipamentos de proteção e interdita moradias por falta de condições de higiene - Fiscalização envolve 2.989 trabalhadores ligados a sete empresas, entre usinas e empresas de transporte de bóias-frias**

Botas rasgadas pelo golpe do facão, turmas trabalhando sem equipamento de proteção e ônibus em condições precárias.

Essas foram algumas das irregularidades encontradas por auditores do Ministério do Trabalho durante fiscalizações feitas na terça e na quarta em lavouras de cana na região de São José do Rio Preto (438 km ao norte de SP). As usinas dizem que vão apurar os problemas detectados para corrigi-los (leia texto nesta página). A equipe também vistoriou 12 moradias de cortadores ligados à Usina Moreno. Quatro precisaram ser interditadas por estarem superlotadas e em más condições de higiene. Os moradores dessas casas -em torno de 50 bóias-frias- terão de ser transferidos a outros imóveis, custeados pela usina.

A blitz nos canaviais, a primeira deste ano no setor, integra uma seqüência de ações deflagradas há três anos depois da denúncia de que trabalhadores morreram em canaviais paulistas, por suspeita de excesso de esforço. Ao todo, a fiscalização envolveu 2.989 trabalhadores ligados a sete empresas, entre usinas e empresas de transporte de bóias-frias. Foram lavrados 56 autos de infração e cinco ônibus foram interditados.

A fiscalização detectou mais problemas com os trabalhadores da Usina Moreno, que recebeu 20 multas. No primeiro dia, fiscais encontraram no corte de cana em Monte Aprazível 60 trabalhadores da Moreno. Segundo os auditores, praticamente todos os itens de segurança dos trabalhadores estavam irregulares -a multa mínima é R\$ 6.000 por descumprimento, mas o valor final ainda será calculado.

Os dois ônibus que todos os dias viajavam 60 km (ida e volta) com os bóias-frias estavam com a lataria toda destruída e tinham vidros quebrados. "Quando chove, molha tudo ou então fica muito frio dentro. Já reclamamos, mas não adianta nada. Sem contar o problema no freio, que às

vezes não funciona", disse o cortador Adeílson Félix, 25. O transporte é feito por uma empresa terceirizada. Pelas condições precárias, os dois veículos foram interditados.

No campo, trabalhadores usavam EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) desgastados. As luvas de pano eram indicadas para o plantio, e não para a colheita. Além disso, não havia barracas sanitárias nem galões de água fornecidos pela usina -cada trabalhador precisou comprar o seu.

O grupo trabalhava debaixo de uma chuva fina constante, o que, segundo eles, desrespeita acordo firmado em convenção coletiva com o sindicato.

Houve denúncia também de pagamento irregular, segundo o auditor fiscal Antônio Carlos Avancini. "Quando chove ou por outra razão, não podem trabalhar, eles precisam ganhar a diária mínima, de R\$ 14. Mas alguns contaram receber só R\$ 10, ou seja, a usina nem está pagando o valor mínimo."

Com 18 anos de safra, José Agnaldo dos Santos, 33, de Aracaju (SE), diz não suportar mais a carga de trabalho. "Quero me mandar, não vou morrer aqui. Estou ficando velho. Isso é coisa para menino novo, arrebenta o peão." Em outra lavoura, em Onda Verde, da usina Vale, os fiscais encontraram os bóias-frias trabalhando no plantio sem equipamentos de proteção -só tinham luvas.

A equipe de auditores ainda fiscalizou canaviais em Planalto, também da Moreno.  
\*Colaborou **SILVA JÚNIOR**

### **Empresa diz que vai verificar irregularidades – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2008**

O assessor da direção do grupo Central Energética Moreno, Walter Bigi, disse à Folha que a empresa irá verificar as irregularidades apontadas pelos auditores do Ministério do Trabalho.

O grupo Moreno possui duas unidades no Estado de São Paulo, em Monte Aprazível e em Luiz Antônio, onde fica a sede. Na unidade de Monte Aprazível, emprega 580 nos canaviais.

Em nota, o assessor disse que as normas trabalhistas "são regularmente cumpridas pela empresa, sendo que eventuais irregularidades são prontamente corrigidas, tão logo constatadas".

Bigi disse que a usina não dispõe de alojamentos próprios, "sendo que os trabalhadores é quem alugam diretamente casas em seus próprios nomes nas cidades vizinhas, sem que a usina tenha participação na locação". O assessor afirmou que foram detectados problemas de superlotação em somente em uma casa. A Folha não conseguiu contato por telefone com a usina Vale, de Onda Verde. Para o diretor técnico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), Antônio de Pádua, se as empresas não estão cumprindo a legislação, elas devem ser punidas. "Nossa orientação é para que se cumpra a legislação." (JC)



## **Mortes por suposto excesso de esforço ampliam blitz** – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – 15/03/2008

As fiscalizações no campo foram ampliadas após o registro de mortes de trabalhadores supostamente por causa do excesso de esforço físico na colheita da cana. A partir de abril 2004, a Pastoral do Migrante de Guariba começou a contabilizar as mortes no campo. Desde então, foram 22 mortes, investigadas por órgãos como o Ministério Público Federal e a ONG Dhesc Brasil, parceira da ONU. Outros 13 organismos passaram a apurar ou acompanhar as mortes suspeitas, o que elevou o total de blitz em lavouras, principalmente nas regiões de Ribeirão Preto e Piracicaba (SP).

Ações civis públicas foram ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e audiências públicas foram realizadas, para exigir o cumprimento de normas na safra. Desde então, melhoraram as condições dos trabalhadores, com a adoção de equipamentos de proteção individual, banheiros e sombra para os repousos durante as refeições - toldos são esticados tendo como base os ônibus usados pelas turmas de bóias-frias. Desde então, no entanto, discute-se ainda o fim do pagamento por produtividade, apontado como um dos fatores responsáveis pelo excesso de esforço no campo, mas não há consenso entre as partes.

## **Cana sustentável** – Valor Econômico – Agronegócios – 11/03/2008

Os representantes de 13 mil fornecedores de cana aderiram ao Protocolo Agroambiental, lançado em abril do ano passado pelo governo do Estado de São Paulo. O acordo antecipa os prazos para o fim das queimadas nos canaviais do Estado de São Paulo e estipula ações de sustentabilidade ambiental. A redução da queima foi de 109 mil hectares no primeiro ano do funcionamento deste acordo de conduta ambiental.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### **Biodiesel**

## **Recorde da palma** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/03/2008

Os contratos futuros do óleo de palma registraram ontem o maior ganho em um dia, impulsionados por interrupções no fornecimento da Ásia. Os papéis da Malásia - o benchmark do mercado - subiram 8,2%, para o recorde de US\$ 1.355 por tonelada, enquanto os contratos da Índia subiram 6,5%, atingindo US\$ 1.245 por tonelada.

## **Etanol**

**Petróleo em US\$ 102, e EUA rejeitam nosso etanol** - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008

O petróleo chegou a US\$102, desabou sobre a inflação, mas o governo americano insiste em não o substituir, pelo menos parcialmente, pelo etanol de cana; prefere o de milho, produzido no país, mesmo custando o dobro do preço. Quer auto-suficiência a qualquer custo. Só que está sendo um custo pesado em meio a uma economia fragilizada. Tudo leva a crer que, entre os árabes e o Brasil, ele prefere os árabes, que, certamente, lhe dão mais 'segurança' de abastecimento e a 'tranqüilidade' de um preço sempre 'razoável'...

**SERIA BOM SE NÃO FOSSE RUIM** - Os EUA até poderiam estar certos se o seu etanol de milho não custasse US\$ 65 e o de cana apenas US\$ 35 e se a economia não estivesse sendo atacada pela crise financeira.

Para igualar os preços ao nível mais alto e proteger os produtores, eles aplicam uma taxa de 56,5% nas importações brasileiras de álcool de cana e oferecem subsídios de mais de US\$ 4 bilhões por ano. Mesmo assim, o preço não baixa.

Incrível, mas Bush tem mais medo do Brasil do que da Opep.

**ETANOL NÃO É TUDO** - O etanol substitui apenas um dos derivados do petróleo, jamais será uma alternativa para o petróleo, mas sabemos também que sua mistura em 20% da gasolina terá um peso significativo na redução dos preços da energia e da inflação. Mas o que está acontecendo é exatamente o contrário, pois o milho pressiona duplamente a inflação, ao roubar terras antes destinadas a culturas alimentares e, em consequência, reduzindo e encarecendo a produção; ao mesmo tempo, o etanol de milho, mais caro, é repassado para os preços. Conclusão óbvia, o etanol de milho é economicamente inviável e a única solução que os EUA têm, mas ainda não aceitam, para conter a inflação é o etanol de cana.

**O CÍRCULO PERVERSO** - Petróleo e etanol compõem um círculo perverso. O petróleo onera o cultivo (fertilizantes mais caros), a colheita, o transporte e a comercialização da safra; o milho, com grande parte de sua área destinada a produzir etanol, onera os custos da terra e das culturas de alimentos, como soja, sorgo, trigo. Como é base da alimentação animal, ele aumenta os preços de todas as carnes.

E está fechado o círculo: ao explosivo aumento dos preços dos derivados de petróleo e alimentos soma-se a crescente e enorme demanda da China, da Índia e também do Brasil, que continuam crescendo. E os preços de todas as commodities agrícolas e energia explodem.

No Brasil, o ônus incide principalmente em fertilizantes e rações. Mas afeta muito a criação de aves e os preços de carne e ovos, que pesam no índice de inflação. Certo, produzimos aqui, sim, mas os preços internacionais nos afetam aqui, pois fluem em mercados interligados.

**BERNANKE CONDENA** - Tudo isso foi reconhecido, nesta semana, pelo presidente do banco central americano, Ben Bernanke, ao depor em comissão da Câmara dos Deputados. Ele foi categórico e claro: condena a taxa de 56,5% imposta à importação de etanol brasileiro, porque ajuda a pressionar a inflação, seu mais novo desafio.

'Apoio o livre mercado... Permitir a importação de etanol brasileiro (sem taxa, quis dizer) iria reduzir os custos para os EUA', Bernanke declarou, textualmente. Ele ainda espera que os preços do petróleo e dos alimentos recuem com a desaceleração da economia mundial.

**O PROBLEMA É DELES!** - Sei, sei, o problema, vocês vão dizer, é deles, que se danem. Nós não estamos nem aí! Será? Foi exatamente isso que eu disse, na coluna de 8 de julho de 2007. Só que, naquele momento, a crise financeira gerada nos EUA não estava ainda ameaçando a economia mundial; discutia-se mesmo se haveria crise ou não e o próprio Fed a negava várias vezes em suas atas. É verdade que a economia já vinha desacelerando, após seis anos de vigor, mas, afinal, em 2007 o PIB ainda aumentou em 2,2%.

Agora, não podemos simplesmente deixá-los se danar, porque o furacão que criaram já atingiu a Europa, e seus ventos precursores avançam pelo Pacífico, em busca da Ásia.

**SE CHEGAREM NA CHINA...**- Aí, tudo se complica.

Cerca de 20% das exportações chinesas vão para os EUA; o banco central chinês informou, no dia 15 de novembro passado, que uma redução de 1% nas vendas para o mercado americano representa uma queda de 6% nas exportações chinesas, base do seu crescimento econômico, que hoje sustenta o mundo.

Seu segundo mercado é a Europa, que também declina. E, se a China crescer menos de 10% neste ano, o comércio mundial recuará mais. Na verdade, já está recuando. Haverá perda que, sem dúvida, poderemos absorver, mas vão conter a excelente performance da economia nacional. Afinal, poucos previam que iríamos viver o que o mundo está hoje vivendo. \*E-mail: [at@attglobal.net](mailto:at@attglobal.net)

**Mudanças climáticas e etanol** - Rogerio Studart – Valor Econômico – Opinião – 03/03/2008  
03/03/2008

Nos dias 20 e 21 de fevereiro, o Parlamento Brasileiro foi anfitrião da mais recente reunião sobre mudanças climáticas do Globe International, um fórum de parlamentares dos países do G-8+5 - os oito países mais desenvolvidos mais as cinco economias em desenvolvimento mais dinâmicas (Brasil, China, Índia, México e Rússia). Além da consolidação de temas importantes no debate internacional (questões como desmatamento, por exemplo), ocorreu uma primeira discussão sobre as vantagens e desvantagens dos biocombustíveis como energia alternativa e limpa.

Até dois anos atrás, os biocombustíveis, incluindo o etanol, eram tratados pelo G-8 com grande entusiasmo e mesmo admiração. Esta abordagem foi se modificando rapidamente, na medida em que algumas experiências específicas chamaram a atenção para aspectos de segurança ambiental e alimentar. No primeiro caso, a experiência sempre lembrada é a do desmatamento de florestas tropicais causado pelas plantações de palma na Indonésia. No segundo caso, a ampliação da utilização do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos, o aumento dos preços de alimentos em diversos países derivado em parte da competição entre milho para etanol e a produção de alimentos levou à falaciosa argumentação de que a produção de etanol estaria gerando mais fome, e menos desenvolvimento.

A reunião em Brasília proporcionou mais uma oportunidade de desmistificar posições e ressaltar as diferenças da nossa experiência. Foi consenso que a experiência brasileira neste setor é exemplar, e alguns parlamentares estrangeiros puderam constatar in loco que a produção de etanol de cana-de-açúcar, longe de representar riscos para nosso meio ambiente ou para nossa geração de alimentos, constitui uma resposta a necessidades de geração de energia, com a vantagem de trazer benefícios de redução de emissões e de geração de renda e emprego. Essa impressão positiva ficou

reforçada durante o evento graças às palestras sobre a sustentabilidade da produção de biocombustíveis realizadas durante a reunião por pesquisadores de órgãos como a Embrapa, mas também do setor privado.

**Tudo indica que biocombustíveis terão seu papel reconhecido na nova arquitetura, mas sempre existe o risco de que se procure desqualificar o etanol brasileiro**

O discurso do presidente Lula sobre mudanças climáticas deu o tom político apropriado para o debate. O mundo subdesenvolvido é o grande perdedor diante do fenômeno do aquecimento global: nas últimas duas décadas o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos tem se calcado em uma matriz energética emissora dos gases de efeito estufa, e agora as consequências da elevação da temperatura afetam especialmente os mais pobres, que dependem mais da agricultura e têm poucos recursos para defender-se das consequências imediatas da mudança do clima (elevação do nível do mar, maior intensidade e ocorrência de furacões e tornados, da ampliação da desertificação e assim por diante). Nesse contexto, a utilização de biocombustíveis como o etanol pode ser uma oportunidade de crescimento para os países em desenvolvimento, seja pelas exportações (e a criação de empregos) que pode gerar, seja porque a tecnologia é de fácil acesso e compreensão e não requer investimentos vultosos.

A intensificação da crítica ao etanol brasileiro se dá em um momento fundamental das rodadas comerciais, quando está em jogo o desmantelamento dos pesados subsídios agrícolas aplicados pelos países desenvolvidos. As críticas surgem também no momento em que, mesmo de estarem concluídas as negociações sobre o futuro regime internacional de mudança do clima, está em gestação uma nova arquitetura internacional que definirá as regras e os critérios para financiamento de ações relacionadas com a mudança do clima. Essa nova arquitetura, impulsionada pelos países do G-8, influenciará em grande medida as opções tecnológicas e os investimentos produtivos que serão considerados limpos para fins de concessão de créditos ou de benefícios associados a liberalização comercial. Tudo indica que os biocombustíveis terão seu papel reconhecido nessa nova arquitetura, mas sempre existe o risco de que se procure desqualificar o etanol brasileiro, seja através do protecionismo na forma de subsídios ou tarifas proibitivas (para justificar talvez a sobrevivência das políticas de subsídios agrícolas, transferindo-as para produção de biocombustíveis nos países ricos) ou de regulamentos técnicos ou ambientais inadequados.

Daqui de Washington, tenho lutado para que os biocombustíveis continuem sendo apoiados pelo Banco Mundial como energias limpas. Caso não sejam incluídos no rol das energias renováveis e limpas, o mundo em desenvolvimento, em geral, e o Brasil, em particular, estariam perdendo mais uma vez uma espetacular oportunidade de dar um salto de desenvolvimento através de inovações tecnológicas e do comércio. Para os países desenvolvidos, esta exclusão representaria um tiro no pé dos seus consumidores e poderia agravar ainda mais o atual quadro de desaceleração econômica nesses países. Por essas e outras razões, tenho defendido no Banco Mundial, instituição que adotou recentemente o lema de "promover uma globalização inclusiva e sustentável", a seguinte tese: apostar em biocombustíveis é hoje a melhor maneira de estender os benefícios da globalização à grande maioria da população pobre do mundo e ao mesmo tempo assegurar uma resposta adequada ao desafio do aquecimento global. **\*Rogerio Studart é doutor em economia pela Universidade de Londres e professor licenciado da UFRJ. Foi economista das Nações Unidas (UNCTAD e CEPAL) e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e, posteriormente, Diretor Executivo no BID entre 2004 e 2007. É atualmente Diretor Executivo em Banco Mundial, representando o Brasil, Colômbia, Equador, Filipinas, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad Tobago.**

**Medida atinge lavoura que vira biocombustível** - Uma medida pouco comum na agricultura da União Européia está prestes a acontecer: cortes nos bilionários subsídios. A redução atinge a ajuda concedida às plantações de matérias-primas usadas na fabricação de biocombustíveis. Com o alto preço dos alimentos nos mercados mundiais e a controvérsia em torno da eficácia ambiental do produto, o subsídio está sendo revisto.

O primeiro sinal dessa tendência partiu dos governos da França e da Alemanha, que decidiram eliminar as isenções fiscais que beneficiavam as empresas de biocombustíveis. Ontem foi a vez de a comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel, anunciar que irá propor o fim do chamado "subsídio energético".

Em pronunciamento feito em Bruxelas, Fischer Boel disse não considerar mais necessária a ajuda de 45 por hectare usado para a produção de combustíveis prevista na PAC (Política Agrícola Comum) da UE. No último orçamento europeu, a ajuda total aos agricultores soma 55 bilhões. "Acredito que esta não seja mais a melhor forma de avançar com setor de bioenergia", disse a comissária, acrescentando que fará a proposta na próxima revisão da PAC, em 20 de maio, sem especificar se o volume total de subsídios cairá. "Vou propor abolir a ajuda e usar o dinheiro de forma mais eficiente", afirmou.

Fischer Boel reconheceu que a produção de biocombustíveis causa polêmica, que provoca divisões entre os que a consideram uma solução "genial" para o ambiente e os que atribuem ao setor males como a explosão atual nos preços de alimentos.

Ela lembrou que outros fatores devem ser levados em conta, como o aumento da demanda em países emergentes e as problemas nas colheitas causadas pelo mau tempo em locais como Austrália e EUA.

Para Fischer Boel, "biocombustíveis não são uma varinha mágica com a qual podemos resolver todos os nossos problemas". Ela disse, porém, que "eles são um instrumento valioso. Precisamos aprender a usá-lo da forma correta."

A comissária descartou mudanças na política européia de incentivo ao biocombustível. A UE estabeleceu a meta de reduzir em 20% a emissão de CO2 até 2020. Os biocombustíveis são parte importante dessa estratégia ambiental, pois mais de um quinto das emissões é feito pelos transportes. No período definido para a redução, 10% dos veículos terão de ser movidos a álcool. "Nosso setor de transportes depende em 98% de petróleo importado", lembrou Fisher Boel. Ela considera um "cenário realista" prever que, até 2020, 15% das terras aráveis dos 27 países do bloco serão dedicadas ao biocombustível.

## **Reino Unido elimina incentivo a biocombustíveis – Valor Econômico – Internacional - 13/03/2008**

O Reino Unido anunciou ontem a eliminação de incentivos fiscais para o uso de biocombustíveis. Segundo uma fonte familiarizada com a decisão, ouvida pela agência de notícias Bloomberg, há dúvidas no governo sobre a sustentabilidade dos biocombustíveis. O seu benefício ambiental foi contestado por estudos recentes.

Esses estudos advertem que os biocombustíveis podem até gerar mais emissões de gases associados ao aquecimento global do que fontes fósseis de energia.

A medida britânica pode ser um primeiro passo para que outros países da União Européia comecem a questionar a eficácia ambiental dos biocombustíveis.

A eliminação dos incentivos está contida no Orçamento do governo, apresentado ontem pelo ministro das Finanças britânico, Alistair Darling. O Orçamento prevê ainda aumento de impostos sobre os combustíveis em geral e sobre carros muito poluentes, e isenção para os carros mais eficientes.

Segundo analistas, o fim do estímulo fiscal inviabiliza programas de E85, uma mistura de 85% de etanol e 15% de gasolina, e conseqüentemente o uso de carros flex.

O Reino Unido tem como meta reduzir as emissões dos carros em um terço até 2030. No lugar dos incentivos fiscais ao etanol, que custariam 550 milhões de libras até 2010, o governo vai seguir uma nova política de misturar até 5% de biocombustíveis na gasolina e no diesel até aquele ano.

Legisladores da União Européia e dos EUA vêem nos biocombustíveis uma arma para o combate ao aquecimento global. Mas um estudo da Universidade de Minnesota, nos EUA, publicado em fevereiro pela revista "Science", aponta que a conversão de florestas no Brasil, no Sudeste Asiático e nos EUA para cultivo de grãos e outras plantas usados como matéria-prima para biocombustíveis podem gerar emissões de dióxido de carbono maiores do que o que se deixa de gerar com combustíveis fósseis.

Segundo o estudo, a derrubada de florestas que absorvem o carbono da atmosfera para o plantio de grãos criaria uma "dívida de carbono" que pode durar séculos para ser compensada, elevando o nível de carbono justamente agora quando o problema é mais grave. No caso da soja plantada em áreas de floresta tropical derrubada, diz o estudo, a "dívida" levaria 320 anos para ser "paga". No caso da cana em áreas de cerrado, 17 anos.

Segundo a fonte ouvida pela Bloomberg, a intenção do governo britânico é ajudar a frear o avanço de plantações em áreas de floresta com o uso excessivo de pesticidas.

## **Biocombustíveis na EU – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/03/2008**

A União Européia (UE) não vai voltar atrás em suas políticas sobre a promoção dos biocombustíveis porque elas são "uma arma importante" no enfrentamento das mudanças climáticas, disse Mariann Fischer Boel, comissária para Agricultura e Desenvolvimento Rural do bloco, à Bloomberg. A UE está aumentando a produção de etanol, a partir do trigo e do milho, e a fabricação de biodiesel, a partir da canola, a fim de cumprir a meta compulsória de que os biocombustíveis impulsionem 10% dos meios de transporte até 2020.

## AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

### **Biodiesel**

#### **Mais biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/03/2008

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) elevou de 2% para 3% o percentual obrigatório de mistura de biodiesel ao diesel convencional. A decisão foi publicada no Diário Oficial de sexta-feira e passa a valer a partir de 1º de julho. A alteração ampliará em pouco mais de 400 milhões de litros por ano a demanda nacional por biodiesel, que é atualmente de cerca de 800 milhões de litros.

#### **Coamo expande armazenagem de grãos** - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 18/03/2008

A Coamo vai investir R\$ 180 milhões de 2008 a 2010 em melhorias de estrutura de recebimento e armazenagem de grãos e em suas indústrias. Trata-se do maior programa de ampliação aprovado pelos cooperados nos últimos anos e tem a ver com o bom momento vivido no campo e também com o aumento da presença de seus produtos no varejo.

Após faturar R\$ 3,47 bilhões em 2007, 30% mais que no exercício anterior, a maior cooperativa singular da América Latina investirá R\$ 111 milhões em modernização, adequação e ampliação de 25 unidades, construção de três entrepostos e renovação e modernização da frota de veículos e máquinas. Para o parque industrial irão outros R\$ 69 milhões.

De 2004 a 2006 a cooperativa executou um plano de investimentos de R\$ 140 milhões, e mais R\$ 67 milhões foram usados em 2007 em melhorias e aumento na estrutura. O presidente da Coamo, José Aroldo Galassini, contou que entre as novidades previstas estão uma indústria de torrefação e moagem de café, que custará R\$ 1,2 milhão, e uma corretora própria de seguros.

A cooperativa elevará em 50% sua capacidade de esmagamento de soja, passando de 2 mil toneladas/dia para 3 mil toneladas. O maior volume de investimentos, no valor de R\$ 34,6 milhões, ficará com a refinaria. E a fabricação de óleo saltará de 360 para 660 toneladas/dia. A produção de gordura vegetal passará de 40 para 80 toneladas/dia.

Galassini contou que hoje a margarina sai da mesma linha de produção de latas grandes de gordura, que passará a ter unidade própria. A cooperativa chegou a produzir margarina para clientes como a Perdigão, mas atualmente só faz com marca própria e prepara-se para entrar no segmento light. No caso do café, a produção era feita por terceiros - ela usava os serviços da Cocamar, cooperativa de Maringá. "Agora teremos produção própria e venderemos nos mesmos lugares da margarina", disse.

Para a aprovação da corretora de seguros foi levado em conta o grande volume de contratações próprias, de associados ou empregados da cooperativa. "Só a Coamo tem quase 700 veículos", disse. A cooperativa possui 20,3 mil associados no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e teve sobras de R\$ 237 milhões em 2007, ano em que recebeu 4,24 milhões de toneladas de produtos, o equivalente a 3,2% da produção nacional de grãos e fibras.

## **Etanol**

**O êxito do carro bicomcombustível** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/03/2008

Quando, há cerca de cinco anos, chegou ao mercado brasileiro o primeiro modelo de carro bicomcombustível, que pode utilizar gasolina e álcool em qualquer proporção, ninguém apostava no seu êxito imediato e muito menos na sua permanência no mercado por muito tempo. Na semana passada, a indústria automobilística brasileira atingiu a marca de 5 milhões de carros bicomcombustíveis - flexfuel ou simplesmente flex - vendidos. Esses veículos já respondem por 88% das vendas nacionais.

O bom momento que vive a economia nacional estimula suas vendas, mas a indiscutível preferência do consumidor pelo modelo flex tem outras razões. O álcool continua sendo mais barato do que a gasolina. A possibilidade de utilização de um ou de outro combustível, conforme sua necessidade e seu desejo, dá ao consumidor uma liberdade de escolha com que ele não contava em experiências anteriores de uso do álcool como combustível automotivo.

Quem acompanhou a trajetória do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado em 1975 como resposta brasileira às crises do petróleo (de 1973 e 1979), sabe de seus altos e baixos. Nos primeiros dez anos do Proálcool, a produção nacional de álcool etílico saltou de 611 mil m<sup>3</sup> na safra 1975-1976 para 11,8 milhões de m<sup>3</sup> na safra 1985-1986. A oferta de combustível mais barato e os estímulos fiscais fizeram crescer exponencialmente as vendas de carros a álcool, que chegaram a responder por 90% do mercado.

Mas, passada a crise do petróleo, os problemas de abastecimento, as pressões dos produtores por reajustes e a crescente desconfiança do consumidor com relação ao futuro do Proálcool provocaram a queda das vendas dos veículos a álcool, que se tornaram residuais. Carros a álcool usados perderam valor de revenda.

Velhos temores quanto à regularidade do abastecimento interno de álcool e desconfianças com relação à nova tecnologia, desenvolvida no Brasil, deixavam uma sombra de dúvida sobre o destino do veículo bicomcombustível à época do seu lançamento. A sombra parece não existir mais. Atingida a marca de 5 milhões de unidades vendidas, já se projeta uma frota de 7 milhões de veículos flex no País ainda em 2008.

O indiscutível êxito do produto demonstra que as dúvidas foram dissipadas e que o Brasil tem condições de exportar essa tecnologia que permite a utilização de uma energia renovável e que não polui o ambiente como o combustível tradicional.



**Grupos europeus investem em energias renováveis no Brasil-** Andrea Vialli e Marianna Aragão – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008

Desde janeiro, País vive 'boom' de negócios que envolvem pequenas hidrelétricas, biomassa e parques eólicos

O potencial brasileiro de geração de energia a partir de fontes renováveis está na mira de grandes grupos europeus, que estão intensificando os investimentos nessa área. De janeiro para cá, o País vem passando por um boom de negócios com esse perfil, envolvendo grupos como os franceses Areva e Velcan Energia, o português EDP e o espanhol Fortuny.

Petróleo caro, aquecimento global e abundância de recursos naturais no Brasil, como água, sol e ventos explicam o interesse dos grupos europeus. Além disso, as metas europeias para redução dos gases de efeito estufa se tornaram mais rígidas, e um dos meios para buscar a redução da poluição é aplicar em projetos de energias limpas, com potencial para gerar créditos de carbono que podem ser negociados no mercado internacional. Até 2020, os países da União Europeia tem que reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 20%. 'Aos olhos dos europeus, o Brasil é um dos melhores ambientes para se investir em energias limpas, por causa da abundância de recursos naturais e também por possuir domínio tecnológico na geração hídrica e a partir de biomassa', explica Marco Fujihara, diretor do Instituto Totum, consultoria especializada em sustentabilidade.

O negócio mais recente nessa área foi anunciado há três semanas pela Energias do Brasil, holding da gigante portuguesa Energias de Portugal (EDP). O grupo decidiu criar uma unidade de negócios para produção de energia renovável na América do Sul, o que inclui construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas de biomassa e parques eólicos. 'A criação da Enernova demonstra a nossa confiança no potencial desse segmento no Brasil', diz o diretor-presidente da Energias do Brasil, António Pita de Abreu. O objetivo nada modesto da Enernova é chegar a uma capacidade de geração de 1.000 megawatts (MW) até 2012, somente em PCHs.

**POTENCIAL** - A atenção dos investidores europeus em terras brasileiras se justifica. Segundo estimativas do governo federal, o País dispõe de 5 mil MW em projetos e inventários de PCHs, 8 mil MW em fontes provenientes do bagaço de cana-de-açúcar e biogás e outros 143 mil MW em eólica.

As PCHs, segundo o professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, Roberto Schaeffer, são a jóia da coroa para essas empresas. O potencial do País para gerar energia por meio delas chega a 10 gigawatts (GW). Outra vantagem é que as pequenas usinas enfrentam menos entraves burocráticos para saírem do papel. Por isso, demoram menos para começar a produzir - cerca de dois anos.

A francesa Velcan desembarcou no Brasil em janeiro com os olhos voltados para esse potencial. A companhia de energia anunciou investimentos de R\$ 800 milhões no Brasil, em projetos de PCHs que devem totalizar 200 MW até 2011. A primeira usina, em Rodeio Bonito (SC), entra em operação no início de 2009. Outros três projetos em Minas

Gerais estão confirmados. A meta é chegar a 400 MW em 2013. 'Foi uma escolha natural', diz o vice-presidente da empresa, Jean-Luc Rivoire. Segundo ele, a existência de dados sobre o potencial de suas reservas naturais e a estabilidade da economia colocaram o Brasil como opção mais rentável - até mesmo em comparação com outros países emergentes, como a Índia. A expectativa da empresa é de que os investimentos tragam retorno de 13%. A Velcan, assim como a portuguesa EDP, também pretende vender os créditos de carbono obtidos com projetos brasileiros lá fora. 'Essa possibilidade foi uma razão a mais para entrar no País.'

Gigante da tecnologia nuclear, o grupo francês Areva segue esse caminho e criou a divisão Areva Bioenergia para centralizar os negócios na área de energia limpa. Em janeiro, concluiu a compra de 70% da Koblitz, tradicional empresa brasileira de projetos de geração de energia a partir de PCHs e biomassa, especialmente em usinas de açúcar e álcool.

O valor do negócio não foi revelado, mas deu origem à subsidiária brasileira da Areva Bioenergia, e já dá à nova empresa uma importante fatia de projetos que já estão inscritos no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que prevê a contratação de 3,3 mil megawatts (MW) de energia.

A Koblitz será responsável por 41% das PCHs e 59% das usinas de biomassa previstas no programa do governo federal. E novas aquisições devem vir na seqüência. Executivos do grupo francês não param de vir ao Brasil tratar da nova empresa. No mês passado o vice-presidente executivo da unidade de energias renováveis do grupo, Bertrand Durrande, passou três dias em reuniões fechadas na sede da Koblitz, em Recife.

Outro investimento anunciado no início de fevereiro foi a parceria do grupo espanhol Fortuny com o governo do Rio Grande do Sul, para a construção de três parques eólicos no Estado. Os projetos devem somar quase 200 MW e consumir US\$ 500 milhões. 'A UE possui mercados muito saturados e o Brasil se encaixa perfeitamente dentro de nossa aposta nos mercados emergentes', diz diretor de energias renováveis Fernando Tamayo. O grupo também analisa a criação de dois parques eólicos no Ceará e Rio Grande do Norte.

**De multinacionais a fazendeiros, todos querem** - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 17/03/2008

Os investimentos europeus estão fazendo com que alguns mitos sobre as energias alternativas sejam derrubados. Um deles é a da inviabilidade financeira desse tipo de empreendimento. 'Hoje todos querem investir em energias renováveis, desde o pequeno fazendeiro que quer construir uma PCH em sua propriedade até as multinacionais do setor de energia', diz Mateus Aranha Andrade, superintendente da Delta Energia, comercializadora de energia para o consumidor final. A energia gerada a partir de parques eólicos, biomassa e PCHs ainda é mais cara - em torno de R\$ 140 o MWh -, em comparação à energia produzida em grandes hidrelétricas, cotada a R\$ 80 em média. Alguns incentivos a tornam competitiva. Hoje os chamados clientes especiais, cujo

consumo mensal é da ordem de 500 KW, têm direito a descontos de 50% a 100% na tarifa de transporte da energia, quando compram de fontes alternativas.

**Nordeste terá o maior parque eólico do País** - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/03/2008

Em dois anos, serão investidos R\$ 10 bilhões em projetos no Ceará e Rio Grande do Norte - 'Fervilhante' é o adjetivo escolhido pelo presidente da Agência de Desenvolvimento do Ceará, Antonio Balhmann, para retratar o ambiente e o volume de projetos de investidores brasileiros e estrangeiros interessados e aptos a produzirem energia eólica no Nordeste.

Entenda-se por Nordeste, neste caso, especialmente o Ceará e o Rio Grande do Norte, identificados como donos das melhores e maiores jazidas da região. Nestes dois Estados, são aguardados investimentos privados de pelo menos uma dezena de bilhões de reais nos próximos dois anos. Detentor de metade do potencial de jazidas de vento do País, o Nordeste já se estrutura no suporte à geração de energia eólica: duas fábricas de torres de energia eólica e uma fábrica de aerogeradores estão em implantação nos Estados de Pernambuco e Ceará.

De concreto, hoje, o Rio Grande do Norte tem legalizados 200 Megawatts(MW)/hora - 49,3 MW em operação no Parque Eólico Rio do Fogo, do grupo Iberdrola, e 151 MW a serem implantados em Guamaré pelo grupo mineiro NEO até 2009. O Ceará tem 17,4 MW em operação no litoral da região metropolitana e projetos aprovados de 500 MW para serem implantados neste ano.

Esses números, que fazem parte dos contratos estabelecidos pelo Programa de Incentivos a Fontes Alternativas (Proinfa) criado em 2002, podem crescer com a relação de outros leilões pelo governo federal. A última estimativa do potencial no território nacional é de 143 mil MW, dos quais 75 mil MW no Nordeste. Destes, 25 mil MW no Ceará. 'Somente o Ceará tem potencial equivalente a duas Itaipus', compara Antonio Balhmann.

O Rio Grande do Norte, com potencial ainda superior ao vizinho, enumera projetos prontos de geração de energia eólica de 800 MW, o que representa investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões. A informação subestima a realidade, admite o secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, Marcelo Rosado.

**PROJETOS PRONTOS** - Nesse rol, por exemplo, não estão incluídos os projetos prontos da Eólica Tecnologia, empresa nacional que vai investir R\$ 5 bilhões na região (1.000 MW, sendo 700 no Rio Grande do Norte). A mesma empresa investe, neste ano, R\$ 110 milhões em projetos de 25 MW em Gravatá, no agreste pernambucano, a 100 quilômetros do Recife (PE). Na definição do secretário extraordinário de energia do Rio Grande do Norte, Tibúrcio Batista, projetos prontos são aqueles em que a empresa investidora instalou equipamento de medição de vento, verificou condições, entabulou negociações com proprietários de terra, estabeleceu o número de torres a serem construídas, previu conexão elétrica e licença ambiental.

Um projeto pronto pode ser instalado e começar a gerar energia em um prazo de até dois anos. Os considerados 'consistentes' têm por trás um levantamento de campo e de investigação de 5 a 7 anos.

### **Cana-de-açúcar avança em Mato Grosso** - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2008

Os produtores de Mato Grosso se preparam para colher, a partir do início do próximo mês, a maior safra de cana-de-açúcar dos últimos seis anos. De acordo com números do Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras de Mato Grosso (Sindalcool-MT), serão processadas 15,84 milhões de toneladas de cana, o que resultará também na maior produção de álcool e açúcar desde o plantio da safra 2003/04.

Na comparação com a safra passada, a área plantada com cana cresceu 8% no Estado. O diretor-executivo do Sindalcool-MT, Jorge dos Santos, garantiu, no entanto, que a floresta Amazônica não foi desmatada para dar lugar aos canaviais. “A cana foi plantada em áreas de pasto que estavam abandonadas”, explicou. Ele lembrou que ainda há potencial para crescimento da produção de cana no Estado, já que na região do município de Alto Taquari cerca de dois milhões de hectares que antes eram destinados à pecuária de corte poderão ser convertidos para a cana. “Com a modernização da pecuária, outros segmentos poderão ocupar as áreas de pastagens”, enfatizou.

No município, uma nova usina com capacidade para esmagar três milhões de toneladas de cana ocupará uma área de 35 mil hectares a partir do ano que vem. Santos lembrou que, apesar de registrar recorde de produção, o crescimento sobre a safra 2007/08, que foi colhida até novembro do ano passado, será de apenas 6,1%.

O crescimento na produção de cana no Estado também é justificado pela melhora das condições climáticas, que reduziram a produção nas últimas duas safras. “Foram dois anos de seca”, disse o executivo. Na safra 2007/08, os produtores de Mato Grosso colheram 14,93 milhões de toneladas de cana. Do total de 216 mil hectares destinados à cultura na safra atual, 212,9 mil hectares serão destinados à produção de álcool e açúcar, e o restante, 3,15 mil hectares serão destinados à produção de mudas, mostra o estudo que foi feito junto a 11 unidades produtoras. De acordo com previsões do sindicato, Mato Grosso produzirá 904 milhões de litros de álcool, entre anidro (376,14 milhões de litros) e hidratado (528,4 milhões). Na safra passada, a produção total foi de 893,2 milhões de litros).

A produção de açúcar deve somar 566 mil toneladas, crescimento na comparação com a safra passada, quando a produção foi de 536,2 mil toneladas. No mercado interno, Paraná, São Paulo, Goiás e Pará estão entre os destinos do açúcar e do álcool produzidos no Estado. No mercado externo, o açúcar é vendido para Ásia, África e Europa. Até o momento Mato Grosso não exportou álcool.

Apesar do crescimento na produção, ele avaliou que o cenário não é positivo, porque no ano passado havia grande quantidade de álcool para ser exportado, cuja venda não se concretizou. Com isso houve excesso de oferta do produto no mercado, provocando a depreciação nos preços. “No ano passado tivemos álcool vendido na bomba a R\$ 1,05,

sendo que o ideal é o preço praticado na entressafra, que é em torno de R\$ 1,60”, disse. Para ele, faltam políticas públicas que permitam a armazenagem do produto em excesso durante a safra.

**Cooperados alternam soja e cana** - Luiz Gallo – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 26/03/2008

Para aumentar a lucratividade de seus associados, a Cooperativa dos Produtores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana), de Piracicaba (SP), vem incentivando o uso da técnica de rotação de culturas, no caso, entre cana-de-açúcar e soja. 'O nosso grande objetivo é não deixar o agricultor parado, oferecendo uma opção de cultura rentável que pode ser aliada com a cana-de-açúcar', explica o gerente-administrativo da cooperativa, Klever José Coral. Para incentivar os produtores da região, a Coplacana oferece o financiamento da plantação e a compra da produção de seus associados, além da construção de uma usina de biodiesel, que cuidará da recepção da soja e da extração do biodiesel e uma fábrica própria de ração que utiliza o farelo de soja e de milho.

A usina está sendo construída com fundos da própria cooperativa e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), está em fase final de construção e deve ser concluída até julho de 2008.

**BENEFÍCIOS** - O produtor e associado da Coplacana Francisco Manuel Borsato faz a rotação entre soja e cana desde 1998 e conta que, além dos benefícios financeiros do revezamento, a soja melhora a qualidade do solo. Hoje, Borsato faz o rodízio das culturas em 800 hectares, parte de sua propriedade e parte arrendada, e espera terminar a colheita de soja com produção de 50 sacas de 60 quilos por hectare. 'Sempre tinha problemas para correr atrás dos compradores de soja, agora a cooperativa fica com toda a produção, além de oferecer facilidades no plantio', conta o agricultor.

Além de incentivar o plantio, a Coplacana oferece um sistema de trocas aos seus associados, que trocam insumos e outros produtos por parte da produção futura da soja. 'Costumamos fazer essa troca, o produtor garante parte da produção e já leva os insumos e o que mais precisar', diz Coral. O rodízio da soja com a cana pode ser feito porque as duas culturas têm ciclos bem definidos, o que não prejudica nenhuma das plantações, mesmo que sejam em um mesmo espaço. **\*INFORMAÇÕES: Coplacana, tel. (0--19) 3401-2200**

**Polícia usa gás-pimenta contra sem-terra no Rio** – Estado de São Paulo – Nacional – 27/03/2008

Policiais militares lançaram ontem gás-pimenta contra integrantes do Movimento dos Sem-Terra e ambientalistas em frente à sede do BNDES, no Rio. O grupo protestava contra o financiamento a “monoculturas predatórias de eucalipto e cana-de-açúcar”. Houve tumulto, um militante foi detido e liberado em seguida. Os manifestantes carregavam fogão e botijão de gás com a alegada intenção de preparar um angu. O tenente-coronel Antônio

Henrique Oliveira admitiu que houve um “mal-entendido”. “O problema é que parecia que queriam botar fogo”, disse.

**Consumo de álcool superará o de gasolina até abril, diz ANP** – Cirilo Junior – folha de São Paulo – Dinheiro – 19/03/2008

A ANP (Agência Nacional do Petróleo) prevê que o consumo de álcool vai superar o da gasolina até o mês que vem. Desde 1986, no auge do Proalcool, não ocorre isso. O superintendente de abastecimento, Édson Silva, disse que esse cenário só não irá se confirmar caso haja uma mudança brusca do atual quadro do setor de combustíveis. "Se houver uma alteração forte dos preços, isso pode não se confirmar. Caso contrário, a tendência é que o consumo de álcool supere o da gasolina."

Segundo dados do mercado de combustíveis de janeiro, as vendas de gasolina superaram em 49 milhões de litros o volume do álcool comercializado nas distribuidoras. Foi 1,515 bilhão de litros de gasolina do tipo A, a chamada gasolina pura, que não leva adição de álcool. O consumo de álcool hidratado (o chamado álcool puro, vendido nas bombas) e de álcool anidro (que é adicionado à gasolina) ficou em 1,466 bilhão de litros. Em janeiro de 2007, eram consumidos 432 milhões de litros de gasolina a mais do que álcool. Em dezembro de 2007, essa diferença caiu para apenas 99 milhões de litros. Os dados de janeiro mostram que o consumo de álcool hidratado cresceu 51,4%, na comparação com o mesmo período de 2007, chegando a 961 milhões de litros. A gasolina C (que leva álcool) teve o consumo elevado em 2,3% para 2,020 bilhões de litros. Já as vendas de óleo diesel somaram 3,3 bilhões de litros, incremento de 10% em relação a janeiro de 2007.

A ANP revisou a previsão de consumo de biodiesel no país em 2008, com a autorização para que se eleve de 2% para 3% a mistura de biodiesel ao diesel, a partir de 1º de julho. O volume atual estimado é de 1,248 bilhão de litros ao longo deste ano. Anteriormente, não passava dos 880 milhões de litros.

Para atender à nova demanda, a ANP prevê a realização de, pelo menos, mais um leilão de biodiesel, no segundo semestre. No mês que vem, serão leiloados 330 milhões de litros, em dois lotes separados. No fim de 2007, já haviam sido leiloados 380 milhões de litros, que serão entregues até junho.

Silva disse que, em média, 80% do volume previsto vem sendo entregue pelas produtoras. Ele considera que o nível de inadimplência é satisfatório e está abaixo do traçado pela ANP. Nos dois primeiros meses de 2008, foram entregues 175,8 milhões de litros de biodiesel. O consumo, no período, chegou a 128 milhões de litros. Silva não espera aumento de preços com a adição maior de biodiesel.

"É um mercado ofertado. Não há razão para que uma adição tão pequena impacte o consumidor", observou. Segundo o diretor, 52 empresas têm autorização para produzir biodiesel no país, e outras 38 já solicitaram a autorização à ANP.

**Safra de cana deve crescer menos** – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008

**Produção paulista deve aumentar 8% e quebrar recorde neste ano; em 2007, alta havia sido de 15% - Moagem deve chegar a 353,9 milhões de toneladas; especialistas estimam que 13 usinas comecem a operar em SP até o final de 2008**

Com perspectiva de nova produção recorde, começou ontem em São Paulo a safra de cana-de-açúcar 2008/2009. O mercado e especialistas estimam, porém, que o crescimento será menor no Estado, em comparação com o da safra anterior: 8% contra 15%. Treze novas usinas devem entrar em funcionamento em São Paulo até o final deste ano.

A primeira usina a iniciar a moagem da cana foi a Lins, que fica na cidade de mesmo nome. A empresa, que entrou no mercado no ano passado, prevê um aumento de 21,95% na sua produção, passando de 1,23 milhão de toneladas para 1,5 milhão.

Sérgio Torquato, pesquisador do IEA (Instituto de Economia Agrícola), órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, estima que a nova safra vá render 353,9 milhões de toneladas de cana, ante as 327,7 milhões de toneladas colhidas na anterior.

"Ao final da última safra, havia desânimo, mas há perspectivas de um bom investimento ainda, com visão de futuro para o álcool. No ano passado, o crescimento foi de 15% e, agora, deve ser menor, de 8%, o que é muito, porque a impressão era que não cresceria quase nada", disse Torquato.

A área plantada, que era de 4,8 milhões de hectares em São Paulo, deve passar de 5 milhões neste ano. Está prevista também produtividade maior. "Teremos novos recordes na produção. Ela está estabilizada na região de Ribeirão Preto, mas mesmo nela haverá alta. Em produtividade, o avanço no Estado deve ficar perto de 3%", disse Maurílio Biagi Filho, presidente da Usina Moema.

As novas plantações de cana ocuparam, principalmente, áreas de pastagens, mas também houve troca de pomares de laranja por canaviais. "O nosso crescimento em área plantada na [usina] Batatais ocorreu, em 90% dos casos, em áreas de pasto", disse Bernardo Biagi, presidente das usinas Lins e Batatais -essa última, na região de Ribeirão, inicia a moagem na segunda-feira.

O diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) em Ribeirão Preto, Sérgio Prado, afirmou que o crescimento do setor está impulsionado pelas 29 usinas que entrarão em funcionamento neste ano no Centro-Sul do país. No Estado, a maioria das novas empresas fica na região de Araçatuba -em Brejo Alegre, Penápolis, Buritama, Nova Independência, Valparaíso e Suzanópolis.

Na avaliação do setor, a entrada em funcionamento dessas usinas deve manter baixos os preços de açúcar e álcool. As exportações ficaram abaixo do esperado em 2007. "Os preços não têm razão alguma para subir", disse Biagi Filho.

O presidente da Usina Lins disse que, além das usinas que funcionarão na safra deste ano, o número de unidades que vão entrar em operação no país até 2010 (cerca de 90) vai manter os preços baixos. "É muita coisa, não tem mercado para tudo isso. Este ano-safra está encerrando com prejuízo de 10% a 15%. O preço do ano que vem vai ser parecido com esse."

**Baixo preço faz "pára-quedista" deixar o setor** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008

Os "pára-quedistas" devem abandonar o setor sucroalcooleiro a partir desta safra, refreando investimentos em novas usinas e nas unidades já existentes, prevêem usineiros e especialistas. Motivo: o baixo preço da cana em 2007 acendeu a luz vermelha para os neoinvestidores. Mário Garrafa, presidente do Ceise-BR (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroalcooleiro e Energético), de Sertãozinho, cidade que tem seis usinas, disse que o setor entrará em processo de "acomodação". "O crescimento de 2007 ocorreu por causa do avanço de todo o setor. No meio desse crescimento, havia os investidores que eram do setor e os pára-quedistas, que chegaram sem conhecer, mas tinham recursos", afirmou.

Para ele, esses investidores que não são do setor acreditaram que uma usina era um bom investimento, mas a "cadeia é complexa". "É um bom investimento, mas para quem é do setor. Tem a agricultura, a indústria e o setor comercial numa empresa só. O investidor não consegue enxergar isso", disse.

Bernardo Biagi, presidente das usinas Batatais e Lins, afirmou que o volume de unidades em construção desanima novos investidores. "Até 2010, são 120 usinas previstas, muitas já em obras. Não há mercado para tudo isso e teremos dois anos de bastante prejuízo", disse.

O consultor Luiz Carlos Correa Carvalho afirmou que quem não estiver preparado não conseguirá permanecer no setor. "A história está se repetindo. Quem não se preparou já está saindo."



## **Açúcar e exportações puxarão álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/03/2008**

Ainda sem um grande mercado exportador e com a perspectiva de novo aumento na produção de álcool, o preço do litro do combustível nas bombas dos postos deve continuar baixo em comparação com a gasolina, mas a diferença vai cair.

É o que afirma o consultor Luiz Carlos Correa Carvalho, que também é vice-presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness).

De acordo com ele, o preço do álcool, que chegou a representar 45% do valor cobrado pela gasolina, deve ficar estabilizado em cerca de 60%. "A curva de volatilidade deve ser menor, ficando entre 60% e 65%, para remunerar o produtor. Dificilmente, teremos preços tão ruins como na última safra", afirmou o consultor.

Isso deve ocorrer porque, embora ainda tímidas, as previsões apontam para crescimento das exportações, e o açúcar deve recuperar preço. "O diferencial será a exportação para os Estados Unidos a partir de maio, por causa do preço alto da gasolina lá, cujo mercado flutua", disse.

O valor da gasolina nos EUA em alta deve abrir uma oportunidade para o produtor brasileiro. "As exportações para a Europa também devem aumentar", disse Carvalho.

Atualmente, a tonelada de cana-de-açúcar é vendida por cerca de R\$ 35, abaixo da média histórica (de R\$ 40 a R\$ 45) e do valor praticado há pouco mais de um ano (R\$ 55), mas já está acima do cobrado no fim de 2007 (R\$ 32). "A perspectiva de preço para o álcool não é boa. O carro flex é uma invenção extraordinária para o consumidor e provocou a concorrência entre álcool e gasolina. Se o produtor aumenta o preço do álcool, o consumidor usa a gasolina", afirmou Bernardo Biagi, presidente das usinas Batatais e Lins.

## **Ministério flagra 421 pessoas em condições degradantes – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2008**

**Trabalhadores atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar no interior de Goiás - Segundo a pasta do Trabalho, funcionários ocupavam alojamentos precários, com falta de ventilação e sujeira**

O grupo móvel do Ministério do Trabalho encontrou 421 trabalhadores em condições consideradas degradantes, em Quirinópolis (GO), sul do Estado.

O ministério diz ter resgatado os trabalhadores. Originários na maioria de outros Estados, atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar, em frentes de trabalho da empresa Agropecuária Campo Alto, sociedade anônima dirigida por um conselheiro da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). A ação ocorreu na última quinta-feira.

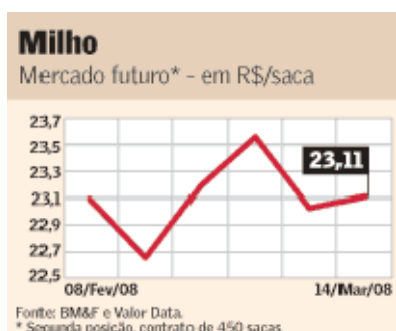
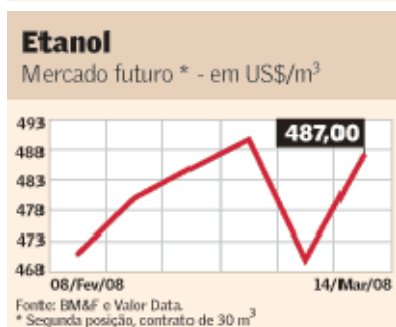
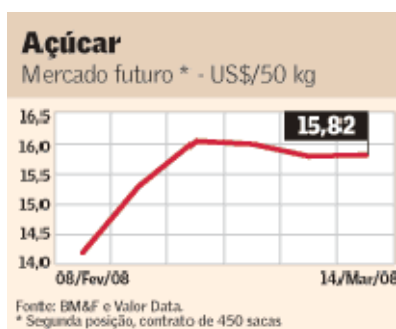
Segundo a Superintendência Regional do Trabalho, os funcionários moravam em alojamentos precários, com problemas como falta de ventilação e sujeira. Bares chegaram a ser adaptados como moradias, de acordo com a auditoria. A empresa nega que tenha havido resgate e diz que a situação precária era restrita a poucos trabalhadores. O diretor da Agropecuária é Hermínio Ometto Neto, membro do conselho deliberativo da Unica. A Agropecuária Campo Alto é ligada à Usina São João, que tem sede em Araras, interior paulista.

De acordo com a auditoria do Ministério do Trabalho, os funcionários da lavoura em Quirinópolis tinham carteira assinada, mas eram recrutados por "gatos" (aliciadores de mão-de-obra), que eram funcionários contratados pela empresa. Os "gatos" providenciavam a moradia, segundo o ministério. Segundo o relato de fiscais, os trabalhadores rurais moravam em locais pequenos com um número excessivo de pessoas. O coordenador da ação, Welton Oliveira, diz ter flagrado uma casa de dois quartos e um banheiro onde viviam 18 pessoas. Segundo ele, as casas não passavam por limpeza.

De acordo com o ministério, eles vieram principalmente de Minas Gerais e Maranhão e foram contratados de novembro de 2007 a fevereiro deste ano. Segundo o Ministério do Trabalho, o caso é considerado um resgate de trabalhadores porque houve a interrupção de uma situação degradante. No ano passado, o setor sucroalcooleiro concentrou resgates de trabalhadores em condição degradante. Mais da metade -53%- dos 5.877 dos empregados encontrados trabalhava com cana-de-açúcar.

#### **Baixa do açúcar afeta resultado das usinas – Valor Econômico – Agronegócio - 17/03/2008**

Os baixos preços do açúcar no mercado internacional têm influenciado os resultados das usinas de açúcar e álcool listadas na Bovespa. Na quinta-feira, o grupo Cosan divulgou seus resultados e, como já era previsto pelo mercado, encerrou o terceiro trimestre da safra 2008 com prejuízo líquido de R\$ 71,4 milhões, ante lucro de R\$ 63 milhões em igual período na safra anterior. A receita líquida no período ficou em R\$ 674 milhões, 30,6% abaixo do verificado no terceiro trimestre de 2007/08.



Paulo Diniz, diretor de relações com os investidores da Cosan, disse que a melhora dos preços do açúcar a partir de dezembro passado terá impacto mais a médio prazo nos resultados da companhia.

A opinião de Diniz é compartilhada por analistas de mercado ouvidos pelo Valor. Os resultados da Cosan também foram afetados pelo prolongamento da colheita de cana-de-açúcar até quase o fim de dezembro. "Isso afeta os custos da empresa", diz um analista. O grupo São Martinho, que divulgou seus resultados em fevereiro, registrou prejuízo líquido de R\$ 6,74 milhões no terceiro trimestre. À época, o grupo também citou a queda dos preços do açúcar e do álcool para justificar o baixo desempenho. "São Martinho e Açúcar Guarani encerraram a safra mais cedo", diz um analista.

A expectativa é que a recuperação dos preços eleve o resultado das empresas na nova safra.

### Álcool sobe – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/03/2008

Os preços do álcool combustível fecharam com ligeira alta na sexta-feira, segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O litro do anidro fechou a R\$ 0,83959 (sem impostos), aumento de 0,05%. O hidratado encerrou a R\$ 0,75871 (sem impostos), elevação de 0,42%.

### Alcoduto da Petrobras – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 20/03/2008

O presidente Lula assina hoje com os governos de Paraná e Mato Grosso do Sul convênio para a construção de um alcoduto até o porto de Paranaguá (PR). A solenidade terá a presença do diretor da Área de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, e de outras autoridades.

## POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEL

### **Biodiesel**

**Leilão de biodiesel** – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas - 18/03/2008

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) fará em abril (data a ser definida) dois leilões de compra de biodiesel, num total de 330 milhões de litros. O período de entrega será de 1º de julho a 30 de setembro. O volume estimado de consumo de biodiesel no segundo semestre, com a mistura de 3% ao diesel, é de 660 milhões de litros.

### **Etanol**

**Etanol de milho pode causar fome mundial, diz Nestlé** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/03/2008

O presidente da Nestlé, Peter Brabeck, ataca os subsídios dos países ricos ao etanol e alerta que a produção de biocombustíveis a partir de milho pode causar fome no mundo. 'Se quisermos cobrir o crescimento de 20% na demanda por produtos petrolíferos por biocombustível, nos próximos anos não haverá mais o que comer', alertou Brabeck em uma entrevista publicada no jornal suíço 'NZZ'.

O executivo já vinha alertando para os riscos do consumo de água usada na produção dos biocombustíveis. Agora, Brabeck ataca os subsídios americanos. 'Dar enormes subsídios para a produção (de etanol) é inaceitável moralmente e irresponsável', afirmou.

Segundo ele, a produção acelerada de etanol a partir de milho vai provocar uma concorrência cada vez maior pela terra e, nessa disputa, a produção de alimentos deve perder. Para ele, o volume de milho que for utilizado para o combustível acabará faltando na mesa dos consumidores em todo o mundo. Na semana passada, a Nestlé culpou o etanol e as commodities por sua decisão de aumentar os preços de seus produtos.

**Etanol deve receber R\$ 9 bilhões** - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/03/2008

Nos próximos quatro anos, o governo pretende investir cerca de R\$ 9 bilhões para conquistar a liderança mundial na produção de etanol. O aumento da produção e da exportação será acompanhado pelo melhor aproveitamento de subprodutos da cana para

produzir eletricidade e por pesquisas para dominar as próximas gerações tecnológicas do produto, como a obtenção de álcool de celulose.

Os dados constam de documentos preliminares da nova política industrial. A meta é elevar a produção do etanol para 23,3 bilhões de litros até 2010. Na safra 2006/07, a produção foi de 17,7 bilhões de litros. No mesmo período, a exportação deverá ser elevada do 3,4 bilhões em 2006 para 5 bilhões de litros. Entre dinheiro do BNDES e privado, o setor deverá ter à disposição R\$ 23 bilhões até 2011.

**Produtor de álcool quer evitar alta de imposto** - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios- 27/03/2008

Representantes do setor pressionam parlamentares para derrubar medida provisória que eleva alíquota de PIS e Cofins

O setor sucroalcooleiro vai tentar influenciar os parlamentares do Congresso Nacional a derrubar a Medida Provisória 413, que transfere para os produtores de álcool a parcela de PIS e Cofins que hoje é paga pelas distribuidoras de combustíveis. A medida eleva a alíquota do produtor de 3,65% para até 21%. Para a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), o novo regime cria uma carga tributária insuportável para o setor, levando muitas usinas a não ter condições de recolher em dia os tributos. “O mercado não oferece margem de negociação para os produtores repassarem o aumento da carga tributária para os distribuidores”, diz Marcos Jank, presidente da Unica.

Atualmente, a cobrança do PIS e Cofins é compartilhada entre produtores (3,65%) e distribuidores (8,2%). Com as medidas propostas na MP 413, a Receita Federal pretende combater a sonegação e a adulteração de álcool combustível que, segundo a Unica, ocorre na distribuição do produto.

A produção é pulverizada entre mais de 350 indústrias, reunidas em 200 grupos, que são obrigados a vender seus produtos para distribuidoras de combustíveis. Segundo Jank só dez companhias já dominam 75% da distribuição de combustíveis no País. “O setor produtivo é extremamente fragmentado e dificilmente conseguiria fazer com que os preços reflitam esse aumento de impostos, principalmente num ano em que a oferta deve superar a demanda”.

Jank ressalta que uma parcela das empresas do setor, que já enfrenta problemas de caixa, por conta dos preços “muito baixos”, não terá condições de arcar com o aumento de custo provocado pela forte elevação da carga tributária. Considerando-se o preço médio praticado em 2007 e as alíquotas propostas pela MP, e não havendo repasse, a perda seria de no mínimo 20%. “Quem vai sofrer com isso não são os produtores, mas igualmente os 70

mil agricultores que hoje entregam cana para as usinas, porque isso também vai se refletir sobre o preço da cana-de-açúcar”.

Para o presidente da Unica, além das graves conseqüências para o setor, o novo regime não trará qualquer vantagem de aumento da arrecadação e nem de fiscalização e, ainda, beneficiará as distribuidoras de combustíveis de forma injustificada.. Ele observa que o governo já adotou uma série de medidas que reduziram a concorrência desleal e a adulteração de combustíveis. Tanto é assim que, no início do ano, o índice de não-conformidade do álcool hidratado combustível foi quase 50% inferior ao da gasolina.

Segundo ele, não faz mais sentido alegar que a sonegação fiscal e a adulteração de combustíveis servem como justificativa para a MP 413. “Em 2007, enquanto os preços do álcool vendido pela indústria chegou a atingir níveis abaixo do custo de produção, as margens das distribuidoras aumentaram consideravelmente, equiparando-se às obtidas com a comercialização da gasolina”.

**País terá centro tecnológico de etanol - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008**

O Brasil é hoje, indiscutivelmente, a maior referência mundial em tecnologia para produção de etanol. Na corrida internacional pela conquista dos biocombustíveis, deflagrada pelo aquecimento global e a alta do petróleo, o País está mais para Michael Schumacher do que para Ayrton Senna. Como fazia o piloto alemão nos melhores tempos da Ferrari, o País largou na pole position, colocou duas voltas de vantagem sobre os retardatários e agora passeia pela pista calmamente, sem ser ameaçado.

Mas esse sossego brasileiro está chegando ao fim. Os Estados Unidos, principal concorrente do País no setor, estão investindo pesado em pesquisas para o desenvolvimento do etanol de celulose, chamado “de segunda geração”. E já aparecem como um vulto incômodo no espelho retrovisor do Brasil.

Só o Departamento de Energia (DOE) americano está injetando mais de US\$ 1 bilhão na construção de refinarias experimentais e diversos projetos de pesquisa voltados para a transformação de matéria vegetal em álcool combustível. Sem falar em outros investimentos milionários de governos estaduais, universidades, e de um batalhão de empresas de biotecnologia competindo como loucas para revolucionar o setor.

As pesquisas brasileiras, por outro lado, parecem estagnadas. Atento ao problema, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) está criando em Campinas, no interior paulista, um centro nacional dedicado exclusivamente ao desenvolvimento tecnológico do etanol. O Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), como deverá ser chamado, prevê investimentos da ordem de R\$ 150 milhões nos próximos cinco anos. O primeiro cheque,

de R\$ 10 milhões, já foi depositado, e as entrevistas para contratação de pessoal devem começar nesta semana, segundo apurou o Estado.

A justificativa para o centro é detalhada em um documento interno que descreve o projeto. Segundo o texto, a liderança do Brasil no setor “está seriamente comprometida em função da frágil base de pesquisa e desenvolvimento atualmente existente”. Portanto, considera-se “imprescindível, com absoluta urgência, iniciar um grande esforço de pesquisa e desenvolvimento, mais estruturado e mais intenso do que é feito atualmente”.

Caso contrário, conclui o texto, “a posição de supremacia que o País ocupa hoje poderá ser facilmente alcançada por países sem tradição na produção de etanol, mas que contam com ampla capacidade de investimentos em pesquisa direcionada”.

**PLANEJAMENTO** - O centro será construído junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) e, assim como ele, será gerido pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), via contratos com o MCT. Uma usina experimental para produção de etanol celulósico também consta no plano de obras.

O projeto é filho de um estudo iniciado em 2005 pelo Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por encomenda do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social ligada ao MCT. O projeto é coordenado pelo físico Rogério Cerqueira Leite.

O estudo mostrou que há vários projetos de pesquisa com etanol no Brasil, mas em número e escala muito abaixo do necessário para garantir a competitividade do País num futuro mercado internacional de biocombustíveis.

“A liderança que o Brasil tem hoje não caiu do céu; foi conquistada com muito desenvolvimento tecnológico”, afirma Marcelo Poppe, responsável por projetos de Energia do CGEE. “Precisamos investir de novo nesse esforço, ou seremos ultrapassados.”

Para a bioquímica Elba Bon, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os esforços de pesquisa estão descoordenados. “Todo mundo quer fazer tudo, em vez de sentar junto e distribuir funções. Falta uma organização de competências em torno de um objetivo único”, afirma Elba, que coordena uma rede de quase 20 grupos de pesquisa focada no etanol de celulose - o Projeto Bioetanol. “Nos EUA eles sabem o tamanho do desafio; aqui todo mundo se acha importante, todo mundo quer fazer tudo, da cana até o combustível.”

A proposta do CTBE é fazer esse ordenamento. Além de manter uma equipe própria de cem pesquisadores, o centro trabalhará com uma rede de laboratórios associados, articulando e financiando pesquisas com etanol em outras instituições.

**Uso da celulose triplicaria ganho de energia – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008**

Todo o etanol brasileiro hoje é produzido a partir de caldo de cana. Assim como nas barracas de feira e pastelarias, a cana passa por uma máquina de moagem, que separa a parte líquida (caldo), cheia de açúcar, da parte sólida (bagaço), recheada de celulose. Só que, em vez de servido no copo, o caldo é jogado num fermentador com leveduras (fungos microscópicos), que transformam o açúcar em álcool.

Os EUA fazem o mesmo com o amido de milho. Mas o que todo mundo quer agora é fazer isso com a celulose. A celulose é um componente básico de todas as plantas, e é também uma molécula de açúcar. O problema é que é grande demais e dura demais para as leveduras se alimentarem dela. Como um tijolo de rapadura para uma formiga.

O desafio é desenvolver processos capazes de desmontar a celulose em pedaços menores, que as leveduras consigam fermentar. Isso permitiria, em tese, transformar qualquer matéria vegetal em etanol. Para o Brasil, seria um ganho enorme, já que dois terços da energia estão no bagaço e na palha da cana. Ou seja: com o caldo, estamos usando só um terço do potencial energético da planta.

**EUA têm mais dinheiro, mas Brasil tem a matéria-prima – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008**

Nem todos acreditam que o Brasil está ficando para trás na corrida pelo etanol de celulose. Para o engenheiro químico Jaime Finguerut, o País não só tem condições de competir nas pesquisas, como poderá dominar a tecnologia até mesmo antes dos americanos. “Não temos US\$ 1 bilhão, mas temos alguns diferenciais muito fortes”, diz. “Essa tecnologia tem de começar aqui. Se não der certo no Brasil, não vai dar certo em lugar nenhum.”

Finguerut é gerente de desenvolvimento estratégico industrial do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), um núcleo privado de pesquisa da indústria sucroalcooleira. A grande vantagem do Brasil, segundo especialistas, é ter uma fonte de biomassa farta, altamente energética, de fácil digestão e imediatamente disponível: o bagaço da cana.

Enquanto os Estados Unidos precisariam criar uma cadeia de produção inteiramente nova para a biomassa de milho ou gramíneas, por exemplo, o bagaço brasileiro já está integrado à cadeia produtiva da cana - moído, lavado e pronto para uso. Quase todo o bagaço hoje é queimado nas próprias usinas para produzir eletricidade. Com a transformação de celulose, tudo isso poderia virar álcool também. Nenhum outro país possui um estoque tão farto de biomassa. “Existe uma verdade preponderante: o bagaço é nosso”, diz a pesquisadora Elba Bon, coordenadora científica do Projeto Bioetanol, do qual o CTC faz parte. “Eles (os americanos) têm todas as vantagens tecnológicas, mas nós temos a matéria-prima.”



A tecnologia para transformar celulose em etanol, na verdade, já existe. Está sendo usada em várias plantas piloto ao redor do mundo, inclusive uma no Centro de Pesquisas da Petrobrás, no Rio, inaugurada em outubro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não há nada em escala comercial.

Em resumo, o processo é possível, mas é caro demais. Um dos gargalos é o custo das enzimas necessárias para quebrar a celulose em pedaços menores, passíveis de fermentação. Cientistas no mundo todo estão à caça de microrganismos capazes de sintetizar enzimas mais eficientes e com menor custo de produção.

O Projeto Bioetanol patenteou no ano passado um processo de transformação enzimática de celulose, que precisa ser testado em escala industrial.

**ÁLCOOL VS. ELETRICIDADE** - Para o especialista Luiz Augusto Horta Nogueira, professor da Universidade Federal de Itajubá e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, o etanol celulósico não é prioridade para o Brasil. Segundo ele, é mais vantajoso ao País usar o bagaço para produzir eletricidade do que álcool. “Falar em etanol de bagaço hoje é precipitado”, disse. “É não fazer as contas.” Mesmo no cenário mais otimista, calcula ele, o custo do etanol de celulose será equivalente ao do etanol convencional da cana: 23 centavos de dólar.

#### **Pesquisa mira produtividade – Estado de São Paulo – Vida & - 30/03/2008**

Com ou sem celulose, o primeiro passo para aumentar a produção brasileira de etanol é aumentar a produtividade da cana-de-açúcar no campo. A equação é simples: quanto mais cana, mais açúcar, mais celulose, mais energia. O desafio lançado aos cientistas é fazer isso sem precisar aumentar demais a área plantada, evitando conflitos com a produção de alimentos e a preservação ambiental.

Além do melhoramento genético tradicional, alguns laboratórios estão investindo no desenvolvimento de canas transgênicas. Também em Campinas, não muito longe de onde vai ser construído o Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol, a empresa de biotecnologia Alellyx trabalha com dois tipos de cana geneticamente modificada: uma com alto teor de sacarose (açúcar) e outra, mais resistente a condições de seca. Quinze experimentos de campo estão em andamento, autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Um terceiro projeto busca uma solução inusitada para o problema da celulose. Os cientistas querem inserir no DNA da cana genes codificadores de celulasas - as tais enzimas que degradam a celulose - de modo que a planta possa ser convertida em etanol mais facilmente.

O biólogo Fernando Reinach, co-fundador da Alellyx e diretor da Votorantim Novos Negócios, que financia a empresa, vê com bons olhos a criação do CTBE em Campinas. Mas considera o esforço brasileiro “minúsculo” frente ao de outros países. “Toda vez que o Brasil entrou numa corrida, entrou quando todo mundo estava na frente. Agora nós é que somos líderes e precisamos nos organizar para continuar na frente”, diz. “O que está acontecendo é que estamos perdendo. Na tecnologia do futuro, já ficamos para trás.”

**DOENÇAS** - Na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cientistas estão desenvolvendo canas transgênicas resistentes à seca e a três tipos de pragas: vermes nematóides, broca da cana e broca gigante. A meta é tornar a lavoura mais produtiva, reduzir o uso de pesticidas e permitir a ocupação de terras menos férteis - beneficiando, por tabela, a produção de etanol.

Mesmo sem transgenia, só com o melhoramento tradicional de variedades, já seria possível aumentar a produtividade agrícola da cana em 30%, segundo o geneticista e secretário-executivo da Embrapa, José Geraldo Eugênio de França. Ele também considera crucial que o País invista no etanol de celulose. “Não podemos ficar fora desse vagão”, disse. “O Brasil não pode abdicar de investir nessa tecnologia, mesmo que com recursos menores.” O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), em Piracicaba, também tem projetos com canas transgênicas, autorizados pela CTNBio.

#### **A corrida do álcool** – Folha de São Paulo – Opinião – 24/03/2008

O GOVERNO federal anunciou a criação, em Campinas, de um Centro de Tecnologia do Bioetanol. Já era tempo. Toda a euforia com o álcool como biocombustível globalizado não havia produzido efeitos concretos para o corolário óbvio: sem investimento em tecnologia, o Brasil pode perder a liderança conquistada. Hoje o álcool de cana nacional é mais eficiente que o de milho americano, mas isso não vai durar para sempre.

O centro surgiu de diagnóstico do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp, coordenado pelo físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, membro do Conselho Editorial da Folha. Conclusão: o país se atrasou na ciência básica e aplicada do álcool.

De 10 mil artigos científicos pesquisados, nenhum contava com autores brasileiros. Não se fez muito mais, por aqui, do que adaptar para combustível uma planta destinada a produzir açúcar. O centro, com orçamento anual de R\$ 35 milhões iniciais, pretende atrair de 60 a 100 pesquisadores para aperfeiçoar essa cadeia de conhecimento e valor.

O Santo Graal da pesquisa é o aproveitamento da celulose, cuja energia química não conta com tecnologia de escala industrial para conversão em combustível. O Departamento de Energia americano investiu quase 20 vezes mais (US\$ 385 milhões) só para tirar do chão seis unidades-piloto de etanol celulósico.

Surgem a toda hora nos EUA empresas de alta tecnologia de olho nesse mercado bilionário. Buscam novos processos, plantas, enzimas e microrganismos para desbancar a cana brasileira. Até novos biocombustíveis estão em pesquisa, como butanol e isobutanol. Segundo o periódico científico "Nature", eles teriam vantagens técnicas sobre o etanol na cadeia industrial hoje baseada em petróleo.

É uma disputa de gigantes, que exige investimentos de vulto. No melhor dos mundos, o centro em Campinas seria só o embrião de uma grande rede de pesquisa.

### **Uma rotina de violações - Maria Luisa Mendonça E Marluce Melo – O Globo – Opinião – 24/03/2008**

A safra brasileira da cana em 2005 foi de 386 milhões de toneladas. Desde então, com o aumento dos incentivos do governo para a produção de etanol, este número teve um aumento impressionante.

Previsões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que em 2008 o Brasil deve produzir cerca de 561 milhões de toneladas de cana. Em 2008, estima-se que a safra terá um aumento de 9,3% em relação a 2007.

Ao mesmo tempo, multiplicam-se as denúncias de violações de leis trabalhistas e ambientais no setor sucroalcooleiro. Este tema será discutido durante a 30ª Conferência Regional da FAO (Food and Agriculture Organization) para América Latina e Caribe, que acontecerá em Brasília de 14 a 18 de abril. Organizações sociais de diversos países preparam documentos citando os principais problemas do setor, como trabalho escravo, morte de trabalhadores, destruição ambiental e danos à saúde pública.

No Brasil, na medida em que verificamos a expansão da indústria da cana, aumentam seus impactos negativos. Em relação aos danos ambientais, diversos fatos demonstram que os monocultivos de cana expandem-se para áreas de preservação como a Amazônia e o cerrado.

“O crescimento das fazendas coloca em risco regiões ecológicas inteiras, como o cerrado”, afirma um relatório do Programa de Meio Ambiente da ONU (Organização das Nações Unidas).

Outro estudo elaborado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) indica que, a cada ano, são destruídos mais de 20 mil quilômetros quadrados de vegetação no cerrado.

Esta destruição pode comprometer a maior parte dos rios brasileiros, que têm suas nascentes na região.

A monocultura da cana cresce também na Amazônia legal, nos estados de Tocantins, Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Rondônia.

Segundo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), entre 2004 e 2007, a Região Norte registrou o maior índice de crescimento da produção de cana do país.

No Acre, o Ministério Público chegou a suspender a licença ambiental da Usina Álcool Verde por destruir sítios arqueológicos contendo geoglifos, que são enormes estruturas geométricas construídas na Antiguidade.

Há também projetos de usinas no Amazonas, em regiões de floresta nativa às margens da BR-174.

O próprio Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho, tem constatado irregularidades em usinas de etanol na Amazônia e no cerrado. Em março de 2007, o Grupo de Fiscalização em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canal da usina de álcool Centro Oeste Iguatemi.

Entre eles, havia um grupo de 150 índios.

Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1.108 trabalhadores que faziam a colheita da cana na fazenda Pagrisa, em Ulianópolis (Pará). Outro caso ocorreu na Usina Debrasa, quando cerca de 800 indígenas foram encontrados em condições degradantes.

No dia 13 de novembro de 2007, o Grupo Móvel interditou esta usina, que pertence à Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul, em Brasilândia, em Mato Grosso do Sul. A violação de direitos trabalhistas é comum no setor e ocorre em todas as regiões do país.

Em São Paulo, a Procuradoria Regional do Trabalho ajuizou mais de 40 ações civis públicas contra usinas, somente em 2007. Em 2006, a Procuradoria do Ministério Público fiscalizou 74 usinas no estado e todas foram autuadas.

Em vez de tentar esconder ou minimizar estes fatos, o governo brasileiro deveria implementar políticas agrárias compatíveis com uma nação que respeita suas leis trabalhistas e preserva o meio ambiente. Somente dessa forma será possível conter os riscos do aquecimento global.

#### **NEAD e Unesp preparam estudo sobre biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MDA – 28/03/2008**

Os produtos da cana-de-açúcar representam 13,8% da matriz energética nacional e a exploração da agroenergia vem crescendo, tornando-se uma possibilidade real de renda e desenvolvimento para o Brasil.

Para avaliar eventuais conflitos entre a expansão canavieira e outras atividades agropecuárias, aprofundando a discussão e o conhecimento acerca do tema, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) firmou parceria com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). O resultado será um estudo sobre os efeitos da produção de biocombustíveis na estrutura agrária do Centro-Sul do Brasil entre 1995/96 e 2006.

“O governo brasileiro vem estimulando a produção de biocombustíveis e, a partir daí, foi identificada a necessidade de aprofundar informações sobre os impactos dessa produção com relação à participação da agricultura familiar”, diz Carlos Mário Guedes de Guedes, coordenador-geral do NEAD.

O trabalho incluirá, como base, informações dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1995/96 e de 2007 (este em fase final de levantamento). “Será necessária uma compatibilização inicial dos conceitos adotados em cada um desses censos para, em seguida, analisar os indicadores”, explica José Giacomo

Baccarin, coordenador do estudo e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp. Segundo ele, a pesquisa tratará da expansão da lavoura de cana na região para a produção de etanol.

**Abrangência** - O estudo das áreas do Centro-Sul será realizado a partir de uma divisão que considere as bacias hidrográficas e a divisão dos estados. “As bacias têm se constituído numa unidade de planejamento da ocupação do território e de mobilização da sociedade civil”, diz Baccarin.

Conforme o coordenador, com essa divisão é possível comparar regiões que têm cana das que não têm, além de verificar os efeitos regionalizados desse tipo de produção. A pesquisa também vai considerar questões ambientais como a preservação das fontes de água, além de abordar a legislação ambiental e de recursos hídricos.

Durante o estudo, serão avaliadas as conseqüências do aumento da lavoura canavieira sobre outras atividades agrícolas e áreas de reservas naturais, sobre a distribuição de terra, e sobre o nível de ocupação rural. “O trabalho permitirá que se tenha maior clareza e segurança sobre a ocorrência de possíveis conflitos entre a produção canavieira e a produção de alimentos e as áreas de preservação, a maneira como se estabelece a relação entre o setor sucroalcooleiro e a agricultura familiar e os assentamentos rurais e qual sua capacidade de geração de empregos rurais”, destaca Baccarin.

#### **Agrocombustível ameaça segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MST – 24/03/2008**

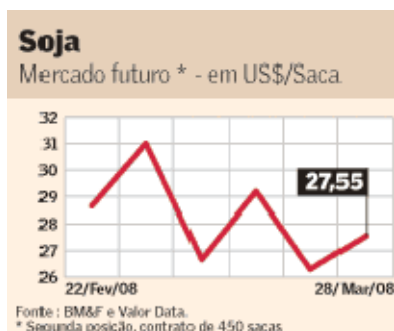
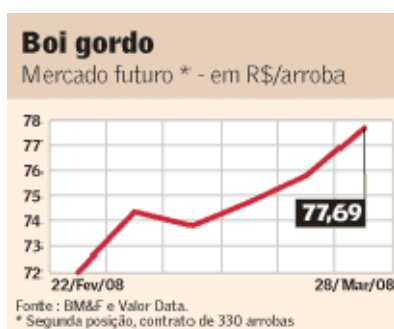
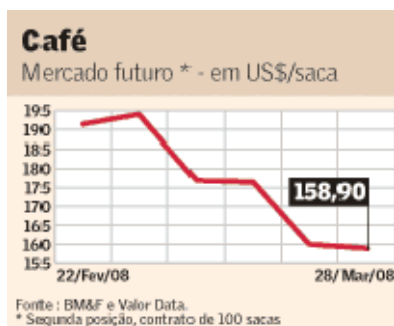
Relatório publicado dia 20/3 pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) adverte que a produção de agrocombustíveis, que têm como matéria prima culturas agrícolas fundamentalmente voltadas para a alimentação, como por exemplo o milho, impõe riscos à segurança alimentar na América Latina.

A publicação reafirma a problemática levantada há muito tempo por diversos movimentos sociais do campo e outras organizações, apontando que a cega e desenfreada investida neste tipo de produção ocasionará mudanças na demanda das matérias primas utilizadas, no comércio exterior e na alocação de insumos produtivos, processo que, por fim, ocasionará um aumento nos preços dos cultivos tradicionais, colocando em risco o acesso das populações, especialmente das mais pobres, aos alimentos.

Recentemente o governo federal brasileiro aprovou a comercialização de grãos de milho transgênico que serão direcionados, dentre outras finalidades, para a produção de agrocombustível. Já estuda-se também a liberação de espécies de arroz transgênico que deverão ter o mesmo fim.

O tema levantado pelo relatório será debatido na 30ª Conferência Regional da FAO, entre 14 e 18 de abril em Brasília, confirmou José Graziano da Silva, representante regional da FAO, em um encontro com os correspondentes estrangeiros.

**Usineiros temem MP que muda tributação na área – Valor Econômico – Agronegócios**  
- 31/03/2008



Representantes do setor sucroalcooleiro vão se reunir na quarta-feira para discutir a Medida Provisória 413 (MP 413), que transfere para as usinas a parcela de PIS e Cofins que hoje é paga pelas distribuidoras. A audiência será na comissão de Minas e Energia.

Atualmente, a cobrança de PIS e Cofins é compartilhada entre produtores (3,65%) e distribuidores (8,2%). O governo argumenta que a MP tem como objetivo combater a sonegação e adulteração de álcool que ocorre na distribuição.

"A medida onera o setor produtivo", afirma Renato Cunha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE). Segundo ele, a MP pode elevar a alíquota ao produtor em até 21%. "As usinas do Nordeste, com produção média menor, serão mais prejudicadas".

O setor argumenta que perderá receita, uma vez que a estrutura para vender álcool limita o poder de negociação da usina. Segundo a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar), o número pequeno de distribuidoras dificulta qualquer repasse do custo tributário adicional. E Cunha acrescenta que os atuais preços do etanol também comprometem a receita.

Na sexta-feira, o litro do anidro encerrou a R\$ 0,82037 (sem impostos), queda de 1,62% sobre a semana anterior, o hidratado a R\$ 0,74479, recuo de 2,3%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). **(Mônica Scaramuzzo)**

**Etanol**

**Avanço da segurança energética** - Thomas Shannon e Daniel Sullivan – Valor Econômico – Opinião - 18/03/2008

No ano passado, quando se reuniram na Assembléia Geral da OEA, no Panamá, os ministros das Relações Exteriores do hemisfério concordaram que "a energia é um recurso básico para o desenvolvimento sustentável dos povos e que o acesso à energia diversificada, confiável, segura e barata é de suma importância para o crescimento econômico com igualdade e inclusão social, além de contribuir para a erradicação da pobreza". Nesta semana, países da região reuniram-se outra vez para dar prosseguimento a esse importante diálogo e identificar formas concretas de promover a segurança energética e o desenvolvimento sustentável.

Enquanto participamos desse esforço com nossos vizinhos, também estamos adotando medidas internas em nosso país. Em dezembro último, o presidente Bush assinou a Lei de Segurança e Independência Energética, exigindo que os Estados Unidos usem 136 bilhões de litros de combustíveis alternativos até 2022 - um acréscimo quase cinco vezes maior - e elevem os padrões de eficiência veicular para 15 quilômetros por litro até 2020. Essa nova legislação reduzirá nossa dependência do petróleo e levará a algumas das maiores reduções de emissão de dióxido de carbono da história da nação.

Por meio da Parceria para a Segurança e a Prosperidade (SPP), Estados Unidos, Canadá e México estão trabalhando juntos para fazer avançar a segurança energética da América do Norte. Os Estados Unidos têm uma forte relação de comércio de energia com esses países - o Canadá é nosso maior fornecedor estrangeiro de petróleo, gás e eletricidade, e o México é nosso segundo maior fornecedor estrangeiro de petróleo. A SPP inclui um acordo para cooperação em ciência e tecnologia, energia renovável, eficiência energética e outras áreas para o futuro desenvolvimento de energia limpa e sustentável.

Estados Unidos e Brasil, os dois maiores produtores mundiais de etanol, estão promovendo o desenvolvimento de indústrias de biocombustíveis em todo o hemisfério. Essa parceria diversificará os suprimentos de energia, fortalecerá os setores agrícola e energético e, o que é mais importante, gerará empregos. Durante o ano passado, os Estados Unidos e o Brasil iniciaram o fornecimento de assistência técnica aos países República Dominicana, El Salvador, Haiti e São Cristóvão e Névis - além de apoiar estudos de viabilidade para ajudar a atrair investimentos privados. Em 3 de março, altos funcionários brasileiros e americanos reuniram-se com autoridades desses quatro países e líderes do setor privado para fazer avançar esse esforço.

**Temos a obrigação de trabalhar juntos para manter suprimentos energéticos suficientes, a preços acessíveis em uma região assolada pela desigualdade**

Esta semana evidenciou outra oportunidade de fortalecimento da cooperação energética, quando os membros da OEA reuniram-se em 3 de março para dar prosseguimento ao diálogo interamericano sobre energia, e mais de 30 delegações oficiais de países das Américas participaram da Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington (Wirec). O presidente Bush e mais de 2 mil delegados e líderes da

sociedade civil, do meio acadêmico e do setor privado estiveram juntos na Wirec: fórum global para promover a rápida compreensão e aplicação de tecnologia de energia renovável.

Além dessas parcerias estratégicas, os Estados Unidos também se reuniram em Trinidad e Tobago com autoridades do setor de energia da Caricom e em Honduras com autoridades da América Central. Estamos constantemente nos engajando com os aliados, a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, produtores, consumidores, instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento, empresas petrolíferas e ONGs - e queremos fazer mais para alcançar um futuro energético mais seguro para os povos do nosso hemisfério.

A segurança energética é um desafio global e de longo prazo, essencial para a prosperidade do hemisfério. Todos nós temos a obrigação de trabalhar juntos para manter suprimentos energéticos suficientes, confiáveis e a preços acessíveis em uma região assolada por pobreza, desigualdade e exclusão social. O ônus dos altos preços do petróleo afeta de forma desproporcional os países mais pobres. A falta de acesso à energia mais barata reprime o desenvolvimento e torna mais difíceis a redução da pobreza e a geração de empregos.

Como disse a secretária Rice na Assembléia Geral da OEA em junho passado, "procuramos promover a democratização da energia nas Américas, aumentando o número de fornecedores de energia, ampliando o mercado e reduzindo transtornos no abastecimento. Nossa meta não deve ser nada menos do que inaugurar uma nova era de segurança interamericana em energia". É uma longa estrada a seguir, mas estamos no rumo certo. **\*Thomas A. Shannon é subsecretário de Estado para Assuntos do Hemisfério. Daniel S. Sullivan é secretário de Estado adjunto para Assuntos Econômicos, Energéticos e Comerciais.**

#### **Bird exalta eficiência do etanol derivado da cana - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios- 18/03/2008**

O presidente do Banco Mundial (Bird), o americano Robert Zoellick, defendeu ontem a produção do etanol brasileiro a partir da cana-de-açúcar. Tornou-se, assim, mais uma autoridade internacional a distinguir o produto de outros biocombustíveis.

Em entrevista em Genebra, Zoellick observou que há um foco crescente sobre os efeitos da produção de biocombustíveis na alta de preços de alimentos, mas que o Brasil tem, "a partir da cana, uma das formas mais eficientes de etanol". Para o presidente do Bird, o Brasil tem razões "legítimas" para não aceitar as críticas "injustas" sobre a produção brasileira.

Na semana passada, foi a vez de o relator independente nomeado pela Organização das Nações Unidas para questões de alimentos, o suíço Jean Ziegler, retroceder e fazer a nuance entre o etanol brasileiro e o produzido pelos EUA a partir de milho, por exemplo.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), espécie de clube dos países ricos, também considera que o etanol brasileiro é o mais eficiente globalmente, enquanto outras produções, como nos EUA e na Europa, feitas a partir de cereais, são dopadas por bilhões de dólares de subsídios e com impacto nos preços internacionais.



Zoellick, em todo caso, coloca ênfase nos "efeitos perigosos" da crise provocada pela alta de preços de alimentos nos países mais pobres. Exemplificou que o Programa Alimentar Mundial (PAM) precisa de US\$ 500 milhões adicionais para manter seus programas contra fome e má-nutrição. O Banco Mundial está dobrando para US\$ 700 milhões os empréstimos agrícolas aos países mais pobres da África visando melhorar a produtividade agrícola, segundo Zoellick.

Indagado sobre eventuais financiamentos do Bird na Amazônia, o executivo retrucou que irá ao Brasil em maio para entender melhor a "agenda brasileira" e ajudar em projetos privados de desenvolvimento sustentável na região.

### **País atrai Índia para investir em bioenergia - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 20/03/2008**

Dois grandes grupos indianos devem anunciar, na próxima semana, investimentos para produção de biocombustível no Brasil, durante visita do ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, à Índia. O anúncio, aguardado pelo governo brasileiro, faz parte do esforço do ministro para trazer ao campo dos negócios a forte aproximação política entre os dois governos. Quase um ano após a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nova Déli, os empresários brasileiros, mesmo os que farão parte da comitiva do ministro, ainda estão na fase de sondagem do mercado indiano.

"O mercado indiano não é lugar em que se entra da noite para o dia; levamos quatro anos de conversas com a Índia para investirmos lá", diz o vice-presidente do conselho administrativo da Marcopolo, José Antônio Fernandes Martins, que servirá de cicerone à comitiva na visita à fábrica da Marcopolo e da indiana Tata Motors, na cidade de Lucknow, próxima a Nova Déli.

Com chassis da Tata e carrocerias da Marcopolo, a fábrica já monta cem ônibus por mês, destinados ao transporte público da capital indiana. A fábrica atual, em instalações da Tata, é provisória, e os sócios planejam investir US\$ 90 milhões na unidade já em construção em outra cidade próxima, Dharwad, onde, deverão ser fabricados de 15 mil a 20 mil ônibus por ano, praticamente duplicando a produção atual da Marcopolo. "Provavelmente não entraríamos sozinhos em um mercado com língua, fornecedores, hábitos de consumo, leis e tributos tão diferentes", diz Martins, que vê forte potencial de negócios na Índia, como plataforma para o resto da Ásia.

A timidez dos empresários brasileiros em relação à Índia pode ser explicada por essas incertezas do mercado local, somadas ao atraso na aprovação, pelo Congresso brasileiro, do acordo de redução de tarifas de importação assinado em 2004 entre os dois governos, segundo avalia a especialista Renata Palhano, do escritório de advocacia Guedes & Pinheiro. "Um acordo comercial traz regras de solução de controvérsias que dão mais segurança aos empresários", afirma.

O acordo, que aguarda há quatro anos aprovação no Senado, é tímido, com pouco mais de 400 mercadorias de cada lado, na maioria com redução de menos de 20% nas tarifas de importação. "Sem a aprovação, os indianos não querem falar em ampliação da abertura comercial", diz Renata.

A Randon, grande fabricante de carretas, tem interesse, mas ainda está "reticente", à espera da melhoria da infra-estrutura do país, afirma o diretor corporativo e de operações da

empresa, Erino Tonon. "Enquanto isso, estamos aumentando nossas importações de componentes de lá", comenta. Não são os únicos. Em 2007, embora o comércio bilateral tenha crescido muito, quase 30%, para quase US\$ 3 bilhões, as exportações estabilizaram-se em cerca de US\$ 950 milhões, e foram as importações que avançaram, em quase 47%. O déficit comercial do Brasil com a Índia saltou de US\$ 535 milhões para US\$ 1,21 bilhão.

"No campo econômico, o comércio bilateral está muito aquém do potencial", admite Mauro Couto, assessor internacional do Ministério do Desenvolvimento. O governo, porém, acredita que a aproximação com as autoridades indianas tende a abrir caminho para que outros investidores sigam o exemplo da Marcopolo.

Miguel Jorge, em palestra aos indianos, deve lembrar que já há 33 companhias indianas com sociedades no Brasil, quase metade delas no setor farmacêutico. O governo brasileiro quer estimular associações especialmente no campo da bioenergia e agronegócio. O ministro falará também das possibilidades no setor automotivo e de tecnologia da informação.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: [oppa@ufrj.br](mailto:oppa@ufrj.br)  
Site eletrônico: [www.ufrj.br/cpda](http://www.ufrj.br/cpda)

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agri

